



Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

### VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS E QUÓRUM

#### a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto e Diamantino António Caldeira Estanislau.

**Partido Socialista** – Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

**Partido Social Democrata** – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

**CHEGA** – Luís Miguel Leitão Maurício.

**Bloco de Esquerda** – Vitor Manuel Freitas Rosa.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Mariana Vieira Crespo.

**Iniciativa Liberal** – Flávio Miguel Matos Lança.

**Presidentes de Junta** – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Carvalho, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Fernando Miguel Catarino José e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Sónia Isabel Leal Maurício Martins (conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata).



**b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Joana Margarida Banito Tomé, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos e Rogério da Conceição Palma Rodrigues, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes e Pedro Miguel Pereira Florêncio, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 a 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 11 e 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição, a Presidente da Junta das Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por José Manuel Lima Neves, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**c) Substitutos e sua posse**

Chamado a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

**d) Faltas**

Faltou a Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, da bancada do PS.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

## **A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Temos cinco inscrições e cada munícipe tem 5 minutos para intervir e convém que seja dado cumprimento a este limite de tempo para cada uma das intervenções (conforme documentos registados sob os n.ºs 14 a 18, arquivado em pasta anexa à presente ata).

**Paulo Jorge Anacleto** – Chamo-me Paulo Anacleto, sou pai de um menino com autismo. Na Assembleia Municipal de 29 de fevereiro solicitei ao executivo que desse continuidade a um projeto apresentado por nós, em novembro de 2023, para ocupação do período de férias escolares dos alunos com necessidades educativas especiais das escolas do concelho de Setúbal.

Em julho fomos informados pelo município da intenção de se fazer um projeto piloto durante as férias de Verão, ao qual aderimos. O atelier aconteceu na semana de 22 a 26 de julho, das 9 às 17 horas, e participaram 5 jovens referenciados pelo Centro de Apoio à Aprendizagem da Escola Básica 2, 3 Barbosa do Bocage, o qual foi realizado nas instalações da Escola Básica dos Arcos, incluído no projeto CAF da Associação de Pais dessa escola. Foi delegado na Associação All Aboard a responsabilidade da contratação dos técnicos e da realização das atividades. Sendo um projeto piloto é fundamental que seja avaliado, aparentemente isso ainda não foi efetuado, pelo menos eu ainda não fui contactado.

Se é uma verdadeira análise e avaliação do projeto o município não tem ferramentas para decidir se tem futuro, se deverá sofrer alterações ou se é para continuar tal como está. Sabemos que o mais difícil está feito, que foi iniciar. Para nós, pais de crianças com dificuldades de serem integradas nas atividades de tempos livres típicas, foi muito importante a realização deste projeto piloto, embora ainda esteja longe da estrutura necessária para o projeto ser considerado definitivo.

Infelizmente, tenho de falar das questões financeiras. Na reunião municipal do passado 14 de agosto foi aprovado um apoio financeiro de 2.500 euros a ser entregue à Associação de Pais pela realização deste evento, ou seja, o meu filho custou ao município 500 euros, 100 euros por dia. Na minha opinião, é um valor muito alto, está muito caro.

Este projeto tem que ser redesenhado, principalmente para ser autossuficiente a nível financeiro, não pode ficar à mercê da disponibilidade financeira da autarquia para a sua realização. Os pais necessitam de ter a certeza de que todos os anos haverá este atelier de Verão. Há financiamentos para podermos concorrer ao IPDJ, ao INR e até, provavelmente, verbas europeias.

Vou repetir aquilo que já disse em fevereiro aqui nesta casa, solicito a criação de uma equipa de trabalho e que sejam convidados pelos senhores Diretores dos Agrupamentos das Escolas do concelho de Setúbal, as instituições do concelho com experiência neste tipo de atividades, as da área da deficiência, mas também aquelas que promovem as AECS, cujos técnicos durante as épocas de férias escolares ficam sem trabalho. Em conjunto encontrar-se-á um modelo para oferecer um serviço de qualidade e inovador de referência no distrito de Setúbal e provavelmente no país.

Vamos pensar juntos, todos sabemos que as escolas estão cheias de alunos com necessidades educativas especiais, todos sabemos que as férias escolares são 4 meses e que é um período que promove o retrocesso destes alunos, principalmente ao nível comportamental. Todos sabemos das dificuldades que os professores têm após as férias, o tempo que demoram a restabelecer os comportamentos já adquiridos no ano anterior e só há uma conclusão, é que é urgente criar um projeto onde estes alunos possam dar continuidade às suas rotinas escolares durante estes 4 meses de interrupção letiva.

Por fim, declaro que não tenho qualquer interesse pessoal, muito menos profissional na realização deste projeto, até agosto passado poderia ter algum interesse, porque o meu filho frequentava uma escola regular, mas, infelizmente, teve de ser transferido para o Centro Social e Educativo da APPACDM. Digo, infelizmente, porque a lei diz que ele deveria frequentar a escola regular até complementar a escolaridade obrigatória, mas por incapacidade do sistema educativo público, ele teve de ser transferido para uma instituição privada, embora de cariz social, onde foi muito bem recebido e está feliz.

Sei que o ano letivo começou com muitos problemas em vários Agrupamentos de Escolas e que há alunos com necessidades educativas especiais ainda sem aulas. Sei, também, da intenção de muitos pais em pedirem transferência dos seus filhos das escolas para o Centro Socioeducativo e os motivos são sempre os mesmos, problemas que existem todos anos nas escolas, nomeadamente os problemas com os transportes, os horários não serem completos, os pais não terem ATL's para ficarem com os filhos e, claro, o problema das férias escolares. Pais que têm um filho com deficiência, qualquer ela que seja, não merecem estar a passar por isto todos os anos.

Em suma, solicito ao executivo que o projeto piloto seja avaliado e que se crie um grupo de trabalho para começar a trabalhar nos ateliers de Verão de 2025.

Aproveito para perguntar aqui aos vários grupos partidários municipais presentes, qual a análise que fazem ao facto de o Conselho Municipal de Educação de Setúbal, cuja composição hoje vai ser alterada aqui, não ter um único representante da educação especial? Um bem-haja a todos. Obrigado.

**Catarina Santos** – Encontro-me hoje presente nesta Assembleia Municipal enquanto mãe atípica de um menino de 6 anos, o Afonso, que sofre de perturbação severa do espectro do autismo. Estou aqui para vos fazer chegar um grito de ajuda pelo meu filho e para vos lançar um apelo pela minha família. Para além de todas as comorbidades que estão associadas à condição do Afonso, destaca-se o facto de ele não saber falar, não saber realizar a sua higiene básica, usando ainda a fralda, não ter noção qualquer de perigo, não ser autónomo, ser totalmente dependente de nós pais e restantes familiares que são a nossa rede de apoio.

Na impossibilidade de uma transição mais serena para o 1º ciclo, através do adiamento e manutenção da frequência no estabelecimento pré-escolar que o havia acolhido, que seria motivada pelas mudanças e higiènes da sua rotina familiar e na sua terapêutica, o nascimento de um irmão, bem como a mudança de ajuste de nova medicação, sabíamos que a escola que acolhesse o Afonso teria de ser uma que tivesse a capacidade de o acolher adequadamente e de permitir a manutenção da rede de apoio de terapias, bem como a estabilidade do núcleo familiar.

Para garantir que haveria uma análise adequada e compreensão quanto à necessidade acima referida, tivemos o cuidado de recolher toda a informação pertinente, relatórios e apreciações técnicas e pedagógicas elaborados por quem de direito, pediatra de neurodesenvolvimento, psicóloga e demais terapeutas que prestam o devido acompanhamento ao Afonso. Esta documentação foi entregue presencialmente no Agrupamento de Escolas Luísa Todi aquando do processo de submissão de matrícula. Após a ausência de comunicação da sua colocação, deslocámo-nos ao Agrupamento onde nos foi comunicado a não colocação do nosso filho e foi-nos dito que não nos poderiam ajudar e, sem qualquer justificação, direcionaram-nos para que entrássemos em contacto com a DGESTE e assim procedemos. Já na DGESTE foi-nos informado que do processo nada havia alusivo à condição do Afonso, para além de uma única e exclusivamente 1ª página do RTP, com 15 páginas indicando que o serviço responsável pela submissão de matrícula no Agrupamento Escolar não teria procedido à submissão da totalidade dos relatórios.

Esta falha do Agrupamento comprometeu a possibilidade do Afonso poder vir a frequentar uma escola com a unidade de ensino estruturada que se ajustasse à sua rotina individual e à rotina familiar, o que resultou numa situação inoportável de instabilidade, quer nas nossas vidas profissionais, quer familiar de elevado transtorno emocional, pois, sem colocação um de nós pais teria de abdicar da sua profissão, pois não nos era comportável financeiramente ter alguém a cuidar do nosso filho. Isto iria resultar, também, na redução da capacidade financeira e iria prejudicar a terapêutica do Afonso.

Após várias semanas a lutar pelo direito de uma criança com necessidades educativas especiais, em idade de ensino obrigatório, para conseguir a sua colocação, com sugestões ridículas de que ficaria este ano letivo em casa connosco ou que poderia ingressar numa escola sem unidade. O Afonso acabou por encontrar a colocação na escola EB N.º 12 das Amoreiras, no Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage. Mas a nossa luta não acabou com a colocação do nosso filho, o Afonso foi integrado no horário das 13:15h às 18:15h, um horário que não coaduna com o laboral dos pais e dos familiares que são a nossa rede de apoio, nem com os das suas terapias.

Encontramo-nos ainda numa situação extremamente delicada, não só por ser um horário da tarde, mas por ser apenas um horário de 5 horas, enquanto que as outras crianças podem beneficiar de componente letiva e de tempos livres. As crianças com necessidades educativas especiais não têm direito às AECS, porque não existe um assistente operacional que os possa acompanhar nessas AECS, porque ninguém quer lutar pelo acompanhamento dos nossos filhos nas AECS.

O que é suposto, nós pais, fazemos com estes horários? O pai terá de pedir uma mudança de horário de trabalho, eu, mãe, para poder continuar a trabalhar irei sacrificar a avó que terá de pedir a demissão do seu local de trabalho? O Afonso terá de abandonar a clínica onde faz as terapias, pois não existem vagas disponíveis noutros horários e não é exequível as piscinas que eu teria de fazer para podermos cumprir os horários, prejudicando sempre a refeição do almoço do Afonso e o cumprimento do seu horário escolar.

Há que mostrar o nosso apreço pelo pessoal docente e não docente da unidade da escola pela preocupação e trato que têm tido connosco, não obstante a situação atual que irá incorrer no impacto profundo do nosso núcleo familiar, irá colocar em causa a nossa capacidade financeira, as obrigações que dela dependem e a terapêutica do Afonso que é crucial para o seu desenvolvimento.

Mas sendo conscientes, este horário não é funcional nem para ele, nem para qualquer criança de 6 anos, crianças que, eventualmente, deixaram a sesta no pré-escolar e que ainda estão a tentar gerir o seu próprio cansaço. O Afonso passou do 8 ao 80 nestes últimos dias e é desolador ver tudo o que foi alcançado a nível comportamental até aqui ir por água abaixo, já para não falar de algumas das razões para a impossibilidade do agrupamento permitir a alteração do horário do Afonso para o turno da manhã, como a falta de vagas e a falta de assistentes operacionais especializados na unidade de ensino estruturado. Operacionais esses, que segundo eles, foi acordado com a Câmara Municipal de Setúbal que iriam estar presentes com o acrescente deste horário naquela unidade.

Assim venho apelar a vossa melhor compreensão para com a nossa situação e que possam dar a vossa atenção a este tema no sentido de nos ajudarem. Infelizmente, o tempo de palavra aqui é muito reduzido para falar em nome de todas as famílias atípicas que vivem as dificuldades semelhantes às nossas, mas peço a vossa consideração para quem vive uma realidade de luta diária para que os nossos filhos e as nossas famílias sejam integrados na sociedade mediante todas as limitações e condições e que nos seja dado a oportunidade de poder cumprir com as exigências profissionais e familiares que esta mesma realidade nos exige. Obrigado a todos e bem-haja.

**Joana Isabel Trindade** – Eu sou mãe solteira de 2 filhos menores...(emocionou-se) Peço desculpa. Um deles com necessidades educativas especiais do foro neurológico. Eles encontram-se à minha total guarda por ordem do Tribunal de Família e Menores de Setúbal e neste momento encontro-me em situação de desemprego, trabalhava numa fábrica através de trabalho temporário, onde existiu baixa de produtividade e, neste momento, não estão a ser renovados os contratos.

Encontro-me a residir em casa de familiares que cederam um quarto para viver com os meus filhos temporariamente. Contudo, temos vindo a ser alvo de uma pressão psicológica para sairmos com a maior brevidade possível.

Entreguei toda a documentação possível na Câmara de Setúbal, tenho estatuto de vítima de violência doméstica e foi-me atribuída uma pontuação muito reduzida de 4,6 valores, onde tenho 70 famílias à minha frente. Compreendo que não sou a última e nem a primeira na mesma situação, mas venho apelar pela nossa situação, porque sou sozinha com eles os dois e não tenho mesmo onde viver. Obrigado.

**José Luís Costa** – O meu nome é José Luís Marques da Costa e moro em Azeitão.

Senhor Presidente, no dia 24/09/2021, o último dia da campanha eleitoral desse ano, prometeu com a Presidente Sónia, na Cafetaria Doce Arrábida, em Azeitão, junto à farmácia, dar andamento aos trabalhos de manutenção das ruas e estradas que vêm a ser desenvolvido há muitos anos pela ex-presidente Celestina e por mim.

Venho pedir-lhe que mande repintar todas as ruas transversais da Avenida Rodrigues Manito, em Setúbal, porque no entroncamento das ruas com a Avenida é muito perigoso estarem assim.

Gostava, ainda, de referir que junto à entrada do Pé da Serra há uma tampa metálica do esgoto abatida já há muito tempo, eu fiz mais do que uma comunicação através de e-mails, mas a tampa ainda continua na mesma.

Agradecer a todos por me terem ouvido, eu sou gago e tenho um problema neurológico também, mas acho que me perceberam, gostava muito e vou continuar enquanto for vivo a ajudar a minha terra de eleição que é Azeitão. Obrigado.

**António Ventura** – Venho por este meio demonstrar as preocupações dos azeitonenses e de alguns moradores. Nos últimos 3 anos em Azeitão nada foi feito, nada! Sabem o que é nada? É nada!

Em termos de mobilidade, os 22 mil moradores de Azeitão, para os que trabalham em Lisboa para saírem de Azeitão é um cabo dos trabalhos. Palmela alcatroou de Cabanas até à rotunda da BP. O que é que o Município ou o executivo de Setúbal fez? Nada! A Estrada da Coca-Cola, a estrada de São Gonçalo, os azeitonenses estão à espera. Neste último ano, fazia parte do vosso programa eleitoral e os azeitonenses estão à espera. Os 800 metros de asfalto da empresa Carmona para a Nacional 10, fizeram 200 metros, faltam 800. Os moradores estão a ver isso tudo. Eu não estou sozinho, estou com os moradores de Azeitão, que é a minha freguesia.

Auditório, prazos e início de obras, Pavilhão Multiusos, prazos e início de obras, Mercado dos Brejos de Azeitão, estamos à espera desse espaço há 3 anos. Se, neste último ano, conseguirem fazer isso, esse é o objetivo e o objetivo dos azeitonenses e nós ficamos a aguardar.

O Museu Berardo, a obra está feita, o senhor fez o investimento e a freguesia necessita ou dava jeito aumentar o turismo em Azeitão com esse Museu aberto. Os azeitonenses gostavam de saber porque é que não abre e estamos à espera dessa resposta do executivo.

Despeço-me, obrigado por me terem ouvido, obrigado ao executivo, obrigado ao Sr. Presidente.

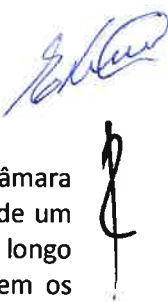
**Presidente da Câmara** – Dar aqui duas ou três informações sobre questões que foram colocadas e relativamente às questões que têm a ver com a educação passava depois à Sra. Vice-Presidente que está melhor dentro dos assuntos sobre as questões que aqui foram apresentadas.

Relativamente à senhora Joana Isabel Trindade que nos trouxe aqui um problema da falta de habitação, este é um problema com que nos debatemos e a ela própria disse que foi à Câmara Municipal e que se inscreveu e que há uma lista enorme e mesmo assim ficou classificada nos primeiros lugares, mas esses primeiros lugares, nós não podemos garantir uma habitação. Não sei quem são as pessoas que ficaram à frente, mas certamente na avaliação que os serviços fizeram, são situações dramáticas com que nos confrontamos quase todos os dias e, infelizmente, de forma crescente.

Dizer que a Câmara Municipal tem feito, faz e desenvolve um esforço no sentido de resolver estes problemas, sobretudo os mais dramáticos, mas dizer que a Câmara Municipal não é a única entidade que tem responsabilidades sobre esta matéria, e é profundamente lamentável que as entidades que têm maior responsabilidade sobre esta matéria não assumem as responsabilidades que têm. Naturalmente que, da nossa parte, continuaremos a desenvolver todos os esforços que estão ao nosso alcance para criar as condições para que as pessoas que escolheram viver em Setúbal o possam fazer nas melhores condições de vida. Esse é o compromisso que nós temos, mas não podemos, até porque a informação que temos de outras entidades que dão respostas sociais, é que a situação continua a agravar-se e é necessário que as entidades que têm competências, em primeiro lugar, que assumam as suas responsabilidades.

Relativamente ao senhor José Luís Marques da Costa, naturalmente que nós agradecemos ter vindo aqui colocar as suas questões e as suas preocupações, nós assumimos as nossas responsabilidades e fazemo-lo também dentro dos meios e das condições que temos para servir cada vez melhor as nossas populações, seja em Setúbal, seja em Azeitão, seja em qualquer outra freguesia. E é isso que nós iremos fazer.

Quanto ao último senhor a intervir, não fixei o nome, peço desculpa, o senhor veio aqui expressar uma opinião, que nós respeitamos, de que não foi feito nada em Azeitão nos últimos 3 anos. Eu moro em Azeitão e não tenho essa opinião.



Enquanto Presidente da Câmara, o que lhe posso dizer é que existe um compromisso nesta Câmara Municipal de fazer todos os anos vários investimentos e para Azeitão há um investimento na ordem de um milhão de euros ao ano. É um compromisso que nós temos e temos garantido esse investimento ao longo dos anos, umas vezes um pouco mais, outras vezes um pouco menos. Aquilo que está previsto tem os processos em desenvolvimento em Azeitão e são muito superiores a isso, mas os investimentos de que estou a falar é na qualificação do espaço público, da intervenção do abastecimento de água, do saneamento, dos pavimentos, da construção de passeios e isso está a ser feito. Agora, cada um olha para aquilo como quer olhar, da nossa parte continuamos empenhados e a desenvolver Azeitão.

Azeitão, nos últimos 20 anos, que é o tempo em que nós estamos aqui à frente da Câmara Municipal, tem uma transformação do dia para a noite, só não vê quem não quer, mas cada um vê aquilo que entende. Não digo que não falta fazer muito em Azeitão, não é isso que eu digo, nunca me ouviram dizer isso, agora que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia fazem um esforço significativo para todos os dias melhorar a qualidade de vida das pessoas que escolheram Azeitão para viver, isso não tenho dúvidas nenhuma e podemos-lo demonstrar. Aliás, basta os senhores irem às reuniões que nós fazemos em Azeitão com as populações nos vários sítios e elas acontecem com regularidade.

Aqui na Assembleia Municipal não é o sítio certo, naturalmente, que é o sítio certo para as pessoas virem aqui dizer aquilo que muito bem acharem, é para isso que servem as sessões públicas, mas participem também nas reuniões que nós fazemos com as populações e aí teremos mais oportunidades para demonstrar exatamente aquilo que nós estamos a fazer em Azeitão.

Pedia agora, Sr. Presidente, para que a Sra. Vice-Presidente pudesse dar aqui alguma informação sobre as primeiras três questões que foram colocadas. Obrigado.

**Vice-Presidente da Câmara** – Eu conheço o senhor Paulo, já tive a oportunidade de reunir com ele, não conheço a senhora Catarina, ainda não tivemos oportunidade de falar, mas estou disponível para o caso de poder ser essa a solução para conseguirmos uma melhor resposta para o seu filho.

Em relação às questões das crianças com necessidades educativas especiais e específicas, temo-nos debruçado muito no Conselho Municipal de Educação. Talvez possa não haver essa noção, mas nós temos um Conselho Municipal vasto, ele é constituído de acordo com a legislação, e dentro de cada representante dos Conselhos Pedagógicos pode haver essa possibilidade de as escolas designarem professores do ensino especial, tal como das outras matérias que melhor aprover. Essa iniciativa parte da escola e não exatamente do próprio Conselho Municipal, porque há membros que são eleitos e há membros que são nomeados para o Conselho. Nós, também, temos a colaboração quer da Segurança Social, quer da Saúde na representação a fazer no próprio Conselho. O Conselho é multidisciplinar, é transdisciplinar também e tem vindo a debruçar-se sobre essas questões. Sobre essas e sobre outras que nos preocupam de sobremaneira relativamente ao estado em que a educação está, quer a nível nacional e claro com reflexos também aqui no nosso concelho.

Nós temos assistido, de há uns anos a esta parte, a um aumento de alunos com necessidades específicas dentro do sistema educativo. Antigamente esses alunos eram, muitas vezes, vetados a não estarem na escola, eram encontradas outras soluções, mas, neste momento, por força também da legislação, e bem, esses alunos têm de encontrar e têm de fazer um caminho dentro da escola pública. E aqui penso que é uma premissa que todos estamos de acordo e que todos temos de trabalhar para que essa inclusão seja efetiva, mas o problema é quando passamos daquilo que são as intenções legislativas para aquilo que é a realidade nas escolas. Neste momento, nós estamos a atravessar um momento de sobrecarga do sistema, quer em relação ao número de alunos de uma forma geral, mas também em relação ao número de alunos que carecem e que precisam de outras medidas.

Quero-vos dizer que ontem tive oportunidade de reunir com uma equipa de pedopsiquiatras do Hospital de São Bernardo, agora Unidade de Saúde Local, e que há 9 meses atrás apenas havia uma pedopsiquiatra aqui no nosso concelho. Neste momento, por força de um projeto do PRR, conseguiram criar uma equipa diferente e penso que poderá também ajudar nesta matéria. Porquê? As escolas não podem estar sozinhas nesta luta, é preciso a criação de equipas multidisciplinares, tal como preconiza o Decreto-Lei 54.

São precisas instalações para que se acolham estas crianças com as necessidades que existem e, na minha opinião, são precisas serem dadas as terapias de forma mais direta e não de uma forma indireta como tem vindo a acontecer e como também é o que está preconizado, neste caso aqui do CRI e das parcerias que existem. Julgo que se nós conseguirmos, de uma forma mais multidisciplinar, ter mais técnicos nas escolas, ter mais horas e ter mais disponibilidade que as tudo poderá funcionar de uma maneira diferente. Não podemos ter uma escola de há 30 anos ainda em 2024 e o que nós muitas vezes assistimos são espaços adaptados para acolher estas crianças. Nós tivemos de o fazer este ano, mais uma vez, porque efetivamente as necessidades são grandes e o que as escolas nos propuseram, e nós tivemos de acordo, foi a criação de duas salas de apoio à aprendizagem em Azeitão. O Agrupamento de Azeitão não disponibilizava desta resposta, tinha tido há uns anos uma unidade, mas depois a unidade tinha encerrado e acolhemos esta questão de o Agrupamento Barbosa do Bocage poder ter a unidade a funcionar em regime duplo. Isto porquê? Porque nós sabíamos, isto foi visto também com a DGESTE, que havia crianças sem colocação e isso é inaceitável.

Nós temos um projeto que, neste momento, arrancou para a construção de uma escola exatamente no centro, vai-se chamar Centro Escolar Barbosa do Bocage, e esse projeto, para além das valências do 1º ciclo e pré-escolar, também tem uma valência de antiga unidade Centro de Apoio à Aprendizagem. O que nós temos de fazer é aumentar a oferta, tendo em conta aquilo que são as necessidades e é nesse sentido que estamos a trabalhar. Nós temos muitas mais crianças com necessidades específicas que não estão incluídas e não estão integradas em centros de aprendizagem, são muitas crianças mesmo. Algumas conseguem ter um grau de adaptação de conseguir ir à sala, outras conseguem estar sempre na sala, outras não conseguem estar na sala, portanto, existe aqui uma heterogeneidade muito grande de situações.

É preciso que quem tem responsabilidade nesta matéria, em conjunto com as Câmaras Municipais, porque nós também temos responsabilidade naquilo que se refere à Carta Educativa e à matéria da educação, como é óbvio, mas é necessário que o Ministério da Educação consiga encontrar estratégias para pôr o 54 a funcionar, tirar o 54 do papel e passar o 54 para as escolas. Porquê? Porque senão não estamos a falar de inclusão, estamos a falar de colocar crianças na escola apenas e nós sabemos que cada uma destas crianças tem capacidades, tem aprendizagens a fazer dentro do que são os seus planos individuais de trabalho e dentro do que são as ferramentas que existem. As É+ das escolas não conseguem dar resposta suficiente a todas estas solicitações e nós temos muitas crianças com medidas adicionais e temos muitas crianças dentro do próprio sistema que, às vezes, há dificuldade em sair destas próprias medidas. Portanto, é preciso fazer aqui um trabalho muito grande, quer com os professores, quer também com outras pessoas que têm de ajudar os professores nisto. Os professores são uma parte da solução deste problema, mas é preciso integrar terapeutas, psicólogos, assistentes operacionais e até outro tipo de terapias que possam ser adequadas para algumas problemáticas. Estamos a falar muitas vezes na área do autismo, onde ainda é necessário progredirmos muito na investigação, ainda não sabemos e conhecemos bem e que não temos todos a formação para lidar com todas estas situações, é preciso formar, quer os assistentes operacionais, quer os professores para tudo isto.

Quero dizer ao Paulo que nós acolhemos, dentro das nossas possibilidades, a sua ideia que nos trouxe aqui, não é que ela já não tivesse sido falada, mas é verdade que quando nós reunimos o entusiasmo todo que o Paulo tinha e a vontade de ajudar foi muito importante. Desenvolvemos o projeto piloto com a Barbosa do Bocage, porque eles também mostraram essa disponibilidade e agora com a ideia de podermos alargar às outras crianças do concelho. Eu penso que essas ideias são muito positivas, agora vamos marcar a reunião, a Dra. Márcia há de vos convocar para fazer a reunião e até já me tinha comprometido, na Câmara Municipal, em depois trazer o relatório da avaliação deste projeto de forma a percebermos como é que podemos chegar a mais crianças. Nós temos muitas outras unidades, não temos só a da Barbosa do Bocage e é importante percebermos como é que podemos chegar.

Esta faixa etária com que trabalhamos, é uma faixa etária que não costumamos trabalhar, tanto antes da transferência de competências, e posso dizer que foi uma experiência muito enriquecedora, eu própria tive lá no primeiro dia e pude observar isso.

Paulo, nós vamos fazer a reunião consigo e com os outros encarregados de educação e vamos tentar explorar também aqui estas questões que mencionou com o IRN e com as outras entidades, as quais nos poderão, com certeza, também ajudar, porque não temos que estar sozinhos nesta matéria, há aqui muita responsabilidade que não acomete só à Câmara Municipal. É só aguardar mais um pouco, agora é início do ano letivo, é sempre assim um bocadinho mais complexo e durante o mês de outubro vamos, com certeza, marcar essa reunião.

O que ia propor à senhora Catarina era que depois pudéssemos marcar as duas uma reunião e pudéssemos falar também com o Diretor da Barbosa do Bocage, porque essa questão que colocou relativamente às AECS não pode acontecer. As AECS têm de ser para todos e o que temos protocolado com as entidades, e temos isto protocolado com várias entidades, e neste caso penso que estamos a falar da Associação de Pais que gere as AECS na Barbosa do Bocage e penso que é a Associação de Pais dos Arcos.

Nós temos de conversar para perceber quais é que são as questões que estão aí e o que é que está a obstaculizar. Quando terminar vou ter consigo e deixar o meu contato para depois marcarmos, se for esse o seu interesse e acho que devíamos ir por esse caminho.

Só dizer mais uma coisa, Sr. Presidente com a sua benevolência, porque temos aqui agora a responsabilidade dos assistentes operacionais e que também foi aí mencionado e há algo que é urgente alterar, que é a Portaria do rácio dos assistentes operacionais. A Portaria é obsoleta, não responde a essas situações de acompanhamento e, para além de já estar obsoleto em relação àquilo que são os regimes, em relação àquilo que são os espaços, em relação àquilo que são os acompanhamentos, sabemos que não pode ser matemático, porque a problemática que uma criança tem pode não exigir que a assistente operacional tenha uma certa atenção, mas pode haver problemáticas que exijam que aquela pessoa esteja dedicada a tempo inteiro a uma criança e o rácio não define isso e nós não sabemos. Não pode ser assim, para além do mais, nós ainda estamos a aguardar o rácio deste ano e o desdobramento da unidade só vai ser calculado nessa altura, mas depois eu explico melhor e conversamos sobre isso. Mas é importante alterar isto.

Aqui no nosso concelho para apoio a todo o pré-escolar, só para vocês terem uma ideia, nós temos 47 salas de pré-escolar, destas 47 salas, 41 estão com turma reduzida, porque de uma maneira ou de outra têm crianças que exigem e que dão essa turma reduzida e nós temos apenas um apoio extra para essas 47 salas. No outro dia reunimos com o Sr. Diretor-geral da Educação que nos disse que, a nível do país inteiro para a educação pré-escolar, apenas foram autorizadas 200 assistentes operacionais. O nosso país tem 270 e tal concelhos, vamos tirar as regiões autónomas, nem sequer foi uma assistente operacional por concelho, aqui no nosso concelho tivemos uma para o Agrupamento Vertical Ordem de Santiago que tem uma unidade de multideficiência. Existem aqui muitos problemas que têm que ser discutidos, que têm que ser debatidos. Ainda ontem tive uma reunião com uma mãe, também da Barbosa do Bocage, e confesso que pedi aquela mãe que fizesse uma exposição à DGESTE para ajudar a sua filha e para ajudar todos os filhos, porque é preciso que sejam tomadas medidas em relação a esta matéria.

Não me vou estender mais e vou-lhe agora entregar o meu contato para depois conversámos um pouco mais. Obrigado.

**Presidente da Mesa** – Estes dez minutos, quase onze minutos que foram excedidos no tempo desta intervenção, creio que todos concordarão, que são plenamente justificados, porque de facto estamos perante um novo problema crítico emergente de uma escala muito alargada, um problema social e familiar. Particpei na última reunião do Conselho Municipal de Educação e posso testemunhar que foi talvez o tema mais debatido, independentemente de não ter representantes de pais ou encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais. Foi muito debatido e com muita aflição, porque o que a Sra. Vice-Presidente acabou de dizer é a realidade e é bom que se gaste o tempo necessário a falar nestas questões que têm vindo a crescer e a sociedade tem de se entender com elas e tem de haver medidas de solução. Claro que elas têm de ser harmonizadas, até porque estamos em período de discussão de orçamento e é preciso a aplicação de meios para ajudar a escola, porque a escola não é uma escola e ao mesmo tempo um hospital, nem tem medicina física, nem de reabilitação, nem de saúde mental e tem de haver meios para isto.



De facto, é preciso ser debatido e ver o que é que cada um pode contribuir para que o país responda a estas necessidades que estão a atingir uma geração mais nova de forma muito grave e é bom ter-se a consciência disso.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Não conheço a questão do Conselho Municipal de Educação, não conheço a legislação, foi matéria sobre a qual não me debrucei, mas gostaria de perguntar à senhora vereadora se há algum impedimento legal ou se é meramente uma decisão da Assembleia quanto à pretensão apresentada de o Conselho Municipal de Educação integrar uma pessoa ligada aos pais ou de uma organização às necessidades educativas especiais? Porque, embora, a senhora vereadora o diga e nós acreditamos que o Conselho está sensibilizado e discute essa matéria, todos sabemos que quem conhece melhor os problemas é quem com eles vive diariamente e quem diariamente tem de trabalhar com uma criança com necessidades especiais é, seguramente, quem conhece melhor os problemas do que outros técnicos por mais que eles, do ponto de vista teórico, se debruçam sobre eles.

Concretamente pergunto à senhora vereadora se há algum impedimento a que um representante dos pais ou de outra organização faça parte do Conselho Municipal de Educação?

**Presidente da Mesa** – Não sei se a senhora vereadora estava atenta, mas creio que lhe posso responder em nome da Sra. Vice-Presidente. O regulamento prevê precisamente que possam ser convidados a participar na reunião do Conselho Municipal de Educação, outras pessoas ou especialistas ou em entendidos ou pessoas com particular interesse nas matérias que o Conselho trata. Essa possibilidade está no regulamento e independentemente de terem sido nomeadas pelas entidades que formalmente fazem parte do Conselho, podem estar presentes por convite e essa prática a Sra. Vice-Presidente, com certeza, chamar-lhe-á atenção logo que ela esteja disponível, mas, com certeza, que a poderá seguir.

**Vanessa Silva (CDU)** – É só uma achega à sua resposta ao senhor deputado municipal do PS. A lei tipifica a composição dos conselhos municipais de educação, permite que para as discussões sejam convidados a participar determinados especialistas ou outras entidades ou personalidades que se considerem importantes participar, mas, como membro está tipificado na lei a composição.

## **VOTAÇÃO DA ATA**

### **Ata da sessão ordinária da Assembleia de 28 de junho de 2024**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

### **Ata da 1ª Sessão Extraordinária da Assembleia de 23 de julho de 2024**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

### **Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia de 23 de julho de 2024**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

## **B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS**

#### **a) Interpeleções ao Executivo**

**Rui Lamim (PSD)** – Senhor Presidente da Câmara, desejamos colocar quatro perguntas sobre ambiente. Desde fevereiro de 2023 que a estrada entre a Figueirinha e Galapos está fechada por causa da sua decisão, Sr. Presidente, que também é o responsável máximo da Proteção Civil neste concelho e da avaliação de risco que determinou. Verifica-se que a avaliação de risco criada é exagerada, não só pelo tempo decorrido entre a decisão de fecho e a data de hoje, mas também porque ocorreu um sismo de dimensões significativas e a já famosa pedra não caiu, nem foi encontrada solução para a situação criada com quem a pagasse para fazer qualquer tipo de obras no local. Passados 19 meses depois da criação desta situação, a pergunta é a seguinte, quando reabre a estrada? Irá terminar o mandato com esta estrada fechada?

A segunda interpelação é sobre a Praia da Saúde, a água da Praia da Saúde é objeto de análises periódicas de qualidade pela Agência Portuguesa do Ambiente desde maio de 2024 e os resultados são comunicados diretamente à Câmara Municipal. A análise recente evidenciou valores de contaminação acima dos permitidos para a prática de banhos, este assunto surge, naturalmente, por causa das marés de setembro que colocaram à vista, mais uma vez, uma saída de esgoto não tratado a jusante da Doca dos Pescadores. Foi comunicado à população o resultado desta análise da APA? Foi encerrada a Praia da Saúde a banhos?

E a terceira pergunta é sobre o saneamento no centro da cidade. Num dos documentos da consulta pública sobre a Marina, que foi divulgada há pouco tempo, que foi elaborado pela Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra, está escrito sobre o Caneiro da Ribeira do Livramento que desagua junto à Doca do Clube Naval Setubalense e cito, *“Destaca-se igualmente que a Ribeira do Livramento é uma linha de água para a qual se realiza a drenagem de esgotos domésticos com um caudal que, segundo a CNS, corresponderá ao esgoto doméstico de cerca de 11 mil fogos residenciais, com diferentes níveis de tratamento prévio e possivelmente mesmo de esgotos industriais, tal poderá inviabilizar a atribuição de bandeira azul à Marina e ampliar o fator de impacto visual e sensorial observados ao nível do plano de água.”*

É incompreensível que, após tantos mandatos autárquicos, tantos anos de investimento em saneamento continuemos a ter este problema mesmo no centro da nossa cidade. Serão os esgotos domésticos de 11 mil fogos? Quais são os planos para terminar este problema? Vai, também, a CDU terminar o seu mandato com esta mancha na cidade?

**Luís Maurício (CH)** – Senhor Presidente, gostava de solicitar formalmente esclarecimentos sobre as medidas adotadas pela Câmara Municipal de Setúbal em relação à recente polémica envolvendo a ex-presidente Dores Meira, em particular. Gostava de saber se a Câmara Municipal planeia realizar alguma auditoria interna ou externa para apurar factos e esclarecer as denúncias apresentadas? Além disso, gostava de saber se a Câmara Municipal tinha conhecimento prévio das irregularidades apontadas pela investigação e quais as medidas que foram tomadas para evitar que situações semelhantes ocorram no futuro?

Agradeço antecipadamente a sua atenção a este assunto e aguardo o retorno das informações solicitadas.

**Elisabete Cavaleiro (PS)** – Gostava de referir, até porque hoje já foi trazido aqui a esta Assembleia algo que presenciei e que penso que seria de todo o interesse do Sr. Presidente da Autarquia, e tem por grande chapéu as acessibilidades versus deficiências que já foram aqui abordadas pelo Sr. Anacleto e pela Sra. Catarina, desta feita com base na deficiência motora.

Enquanto assistiam aos concertos na Feira de Santiago pude testemunhar que uma jovem que se deslocava em cadeira de rodas não teve nenhum acesso a um ponto específico onde pudesse ser respeitada a sua condição. Aliás, tentei, juntamente com a população que lá estava, encontrar uma solução aceitável e digna para a pessoa que se encontrava naquela condição.

Felizmente e graças há boa vontade e à colaboração dos técnicos que estavam no equipamento de som e de apoio à imagem, a jovem foi levantada e colocada num palanco superior. Julgo que isto é uma questão de direitos que estão concentrados na Constituição da República e que temos de tratar as pessoas, independentemente das suas dificuldades, para que possam viver de modo independente com a dignidade que lhes é devida e merecida.

Também consultei e deixo a título de sugestão, o diretório sobre as acessibilidades em espaços culturais e artísticos do distrito de Setúbal, onde este município na sua última revisão, já bem antiga de 2017, só está contemplado o auditório José Afonso, a Casa da Cultura, o cinema Charlot e o auditório do Fórum Municipal Luísa Todi, e deixava aqui a sugestão para que fosse contemplado outros equipamentos que, de alguma forma, aconteçam mesmo em situações pontuais e que prevejam e contemplem o cumprimento da lei, porque isto está explanado em lei.

Por último, um assunto já amplamente discutido nesta Assembleia, apelo mais uma vez ao Sr. Presidente que se digne assegurar a marcação das linhas de travessia visíveis nas passadeiras do concelho. Numa altura em que as nossas crianças regressaram à escola e que os dias ficam mais pequenos e mais escuros é importantíssimo que as crianças e os cidadãos sejam vistos quando atravessam a estrada.

Na semana passada verifiquei, porque ia a passar no local, que junto à escola da Azeda estavam a decorrer trabalhos de pintura numa passadeira. Aquela Avenida tem, pelo menos, quatro passadeiras e as outras não foram pintadas. Deixo, também, aqui esta anotação para que possam refletir sobre estas duas questões.

**Alexandre Teles (PSD)** – Vou ser muito rápido, trago aqui duas questões da Freguesia do Sado. Vi o Sr. Presidente ir com uma grande vontade de fazer obra em Azeitão, mas não verifico a mesma vontade de fazer obra na Freguesia do Sado. Tenho aqui duas questões, relativamente à questão do Campo Municipal Júlio Tavares, que aprovámos o empréstimo na última Assembleia Municipal, o processo concursal foi aberto e foi revogado e questiono porquê? Também questiono se o projeto do Campo foi encetado pela Datarede e se, na altura em que foi aprovado aqui o empréstimo, havia conhecimento do parecer do ICNF, se sabiam ou não? Porque ele foi falado aqui e não ligaram muito a isso, mas possivelmente já era do conhecimento geral. Outra questão, todos sabemos que o estudo de impacto ambiental para a refinaria de lítio está em consulta pública até 24 de outubro e vou dar aqui uma sugestão ao município, que pudesse pressionar para que se promova uma sessão de esclarecimento junto da população, principalmente do concelho e, também, na Freguesia do Sado, nas Praias do Sado, que é a população que vai sofrer mais com os impactos da refinaria de lítio.

**Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra)** – Se o Sr. Presidente já tem alguma previsão, em termos de data, para a construção do passeio ciclável que vai ligar a Quinta da Amizade à rotunda José Saramago? Sabemos que já há uma empresa e se há alguma previsão sobre isso? Também dar aqui duas notas, que julgo serem importantes e que vieram aqui a esta Assembleia, a cedência de terrenos do município à Junta de Freguesia, da Quinta da Serralheira como no espaço onde vai ser o Parque Verde da Quinta da Amizade. Dizer aqui que devido a essas decisões que foram tomadas, o polo operacional da Quinta da Serralheira já arrancou, também as obras do Parque Verde da Quinta da Amizade e o que diz respeito ao quiosque e ao parque infantil também já arrancaram. Dar nota de algo que nos enche de orgulho todos nós, nestes últimos dois meses foram colocados cinco novos equipamentos de parque infantil na nossa freguesia.

**Eunice Pratas (PS)** – No dia 25 de setembro de 2024, em Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, o Presidente da Junta admitiu a deposição de entulho ao lado do polo operacional de Gâmbia e no Pontal de Musgos, uma zona protegida e incluída na Reserva Natural do Estuário do Sado. A legislação vigente proíbe qualquer tipo de depósitos de resíduos, seja entulho limpo ou contaminado em áreas protegidas, tal prática representa uma violação direta do Decreto-Lei n.º 102-D/2020 e coloca em risco um habitat de elevada importância ecológica e com potenciais danos irreversíveis ao meio ambiente.

Referiu, igualmente, que o entulho recolhido através das big bags era reutilizado pela Junta de Freguesia, quando questionado sobre o enterro do entulho atrás do polo e também do Pontal de Musgos, justificou sobre o armazém de Gâmbia que era para dar consistência ao solo, porque era uma zona de areias. Admitiu, ainda, ter recolhido areia de obras providas da Quinta da Amizade e a ter de depositar no Pontal de Musgos o total de 300 banheiras de terra, aparentemente para conter a maré que, por vezes, chegava à vedação. Algo irónico, quando, isto é, naturalmente, uma zona de sapal. Estas práticas não cumprem conforme o Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos de Setúbal. Onde fica a gestão e a fiscalização de resíduos do nosso município? O artigo 32º impõe que a Câmara fiscalize o cumprimento das normas e o artigo 33º prevê sanções rigorosas pelas infrações cometidas.

Os eleitos do PS àquela freguesia realizaram, ainda, uma visita ao pólo operacional de Gâmbia, onde puderam observar um depósito de combustível. Pela nossa perspetiva, quero referir, de categoria B 2, onde a respetiva bacia de retenção de perdas não engloba nem 10% do líquido. Sabemos que é combustível porque nos foi dito, porque a etiquetagem para que identifique o material não existe. A ventilação do espaço é feita através de um orifício, não verificámos a existência de extintores e observamos que o mesmo espaço comportava outros materiais inflamáveis, além do combustível. Existe acumulação de gases nesse armazém, o que nos foi possível sentir nessa visita quando abrimos a porta. O combustível é fornecido pela Câmara, no armazém de Poçoilos, o abastecimento é feito através de enchimento de bidons grandes reutilizados, como observado, e ainda continham marcas de óleo. A Câmara tem conhecimento deste posto de abastecimento caseiro? Nunca vos ocorreu perguntar onde era armazenado várias centenas de litros de combustível? A Câmara realizou alguma vistoria ao local? Emitiu algum documento que ateste que aquele posto de combustível de abastecimento encontra-se em conformidade legal? Ajudou na elaboração ou tem conhecimento do plano de segurança do local?

Não pode dizer que desconhece, afinal é o fornecedor do combustível. Se acontece um acidente, a Câmara não se poderá demitir das responsabilidades. Isto encontra-se numa zona de reserva natural, especialmente protegida pela legislação portuguesa. A responsabilidade da Câmara nestas situações relatadas é inequívoca e qualquer omissão ou negligência pode acarretar graves consequências ambientais e de segurança. Aguardamos esclarecimentos sobre as ações tomadas para corrigir estas falhas grandes e esperamos uma resposta célere e eficaz para proteger a nossa comunidade e o meio ambiente.

**José Ferreira (CH)** – Após a abertura da nova Rua João Paulo II, em Azeitão, muitas viaturas que circulavam pela Estrada Nacional 10 passaram agora a utilizar a Rua Mário Viegas, com isso, os munícipes residentes naquela rua passaram a ter de “conviver” com mais tráfego, mais barulho, mais excesso de velocidade e até o desrespeito por quem ali mora. Estes moradores pretendem que seja averiguada a situação para que haja menos transtornos.

Tenho aqui mais uma situação que se passa em vários pontos do concelho e que coloca em risco a saúde pública dos munícipes e dos operacionais de recolha dos Serviços Municipalizados de Setúbal e que, na opinião desta bancada, requer uma fiscalização apertada e rigorosa. Trata-se de urina e fezes depositados nos contentores RSU que em pleno século 21 não é de todo admissível, nem tão pouco higiénico ou saudável. Foi-nos dito, por testemunhas com vídeos e fotos, que os autores destas caricatas ações fazem as suas necessidades em baldes e, posteriormente, as depositam nos contentores como se de lixo convencional se tratasse.

Para quem conhece minimamente o trabalho destes homens e mulheres sabe que estes não verificam e nem avaliam o que se encontra dentro dos contentores antes da sua recolha e, portanto, muitas vezes são brindados com pingos de urina e salpicos de fezes no processo de elevação do contentor para o interior da viatura, o que na sua opinião, mais uma vez repito, não é de todo aceitável.

Menos grave, mas igualmente ilegal e passível de aplicação de coimas, é o depósito no interior de contentores de tábuas, cimento e pequenos volumes de entulho, situações que podem danificar as viaturas, bem como causar lesões nos operacionais que fazem este trabalho.

Para terminar, a criminalidade no concelho de Setúbal continua a ser uma enorme preocupação e continua a aumentar. Durante o mês de agosto, na mesma noite, foram assaltados três estabelecimentos em três locais distintos, Vale do Cobro, Brejos do Assa e Montalvão, este último a 100 metros da esquadra de Investigação Criminal. Alguns dias depois, os Bombeiros Sapadores e a PSP foram requisitados para uma enorme vaga de vandalismo que resultou em vários contentores e ecopontos incendiados um pouco por toda a cidade.

Na passada segunda-feira, na Avenida de Angola, junto ao estabelecimento de ensino e em horário escolar, dois indivíduos envolveram-se em confrontos físicos terminando por um deles ter esfaqueado o outro em plena via pública. Tudo isto, repito, junto a uma escola onde normalmente nas suas imediações existe um fluxo enorme de crianças e jovens.

Já na madrugada da última quarta-feira, na baixa comercial e a escassos metros desta Câmara Municipal, outro estabelecimento assaltado com recurso a arrombamento e tentativa de assalto a outros, mas sem sucesso e também na baixa de Setúbal. Se depois desta lista infundável de criminalidade, esta Assembleia não concorda que é crucial a implementação de mais e melhores medidas de persuasão, então estamos com as prioridades desalinhasadas.

Senhoras e senhores deputados, temos de deixar de politizar as propostas só porque partem do partido “X” ou “Y” e de uma vez por todas pensar na segurança e bem-estar dos setubalenses e azeitonenses que confiaram em cada um de nós para gerir o concelho durante este mandato. Sabemos que, obviamente, não podemos ter um agente da autoridade em cada esquina e nem à porta de cada estabelecimento, mas ainda assim lançava um desafio a esta Assembleia que se providenciasse uma reunião com as forças de segurança a fim de se debater, com carácter urgente, a segurança de todos os setubalenses e azeitonenses que escolheram Setúbal para morar e montar os seus negócios e juntos encontrarmos alternativas para que os municípios possam usufruir dos eventos, das infraestruturas e de tudo o que se passa na cidade e do que a cidade oferece sem receio de serem alvo desta onda de criminalidade.

**António Costa Ferreira (PSD)** – Vou ser muito breve, vou só colocar duas questões que me parecem pertinentes. Há uma degradação excessiva do pavimento junto à Academia de Padel, onde há ali cerca de 300 metros que precisam de ser beneficiados e repavimentados.

A outra questão tem a ver com, na minha opinião e por constatação, a existência de muitas ruturas e às vezes na mesma conduta, será que já chegaram a alguma conclusão porque é que isso está a ocorrer? É uma pergunta que deixo.

**Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra)** – Sobre as questões que a senhora deputada Eunice Pratas afirmou aqui, hoje já houve uma evolução em relação à Assembleia de Freguesia, é que hoje já não foi dito que aquele espaço tinha telha lusálite. Já houve aqui uma evolução.

Em relação à questão de o Pontal de Musgos, dizer aqui que o que foi colocado no acesso ao Pontal de Musgos foi betão triturado, não foi entulho. É natural que apareça num sítio ou outro entulho, como aparece em todo o concelho e em todo o país, isso não é colocado pela Junta.

Já agora dizer, também, que provavelmente o Partido Socialista não conhecia o Pontal de Musgos, porque na altura do inverno não se conseguia lá entrar, uma vez que o acesso ao Pontal de Musgos, em parte, é por meio de uma Herdade de Gâmbia.

Quando foi feito as obras de abastecimento público e saneamento básico a Gâmbia, numa organização que fizemos com a Herdade de Gâmbia, criámos uma marginal. Essa marginal foi criada com as terras que saíram das obras de abastecimento público e saneamento básico. São terras, o que é que acontece? A terra não tem consistência e assim que chovia ficava um lamaçal e cheia de buracos, nós arranjámos uma empresa que nos ofereceu oito banheiras de betão triturado e nós metemos uma camada de betão triturado e metemos terra por cima para que o caminho ficasse com sustentabilidade. Podem lá passar e podem ver.

O que aconteceu foi que levámos terra que nos foi dada de escavações de um prédio da Quinta da Amizade e numa das carradas ia meia dúzia de tubos, daqueles tubos azuis por onde passam os cabos elétricos. Foi isso que aconteceu, pode ir lá ver. Muito claro sobre isto.

Outra coisa muito clara, também de escavações de prédios, foram-nos pôr a custo zero na zona do Pontal de Musgos, na zona onde toda a gente passa, não estamos a falar em sapais, não estamos a falar em nada disso, estamos a falar numa zona em que a água entrava e que vinha até à vedação da Herdade de Gâmbia e nós levantámos esse passo com terras limpas.

Também referir que os senhores deputados do Partido Socialista, provavelmente não conheciam, e compreendo que a senhora deputada Eunice Pratas era bastante jovem ou criança nessa altura. O Pontal de Musgos foi uma zona importantíssima no passado na produção de ostra, quando deixou de ser rentável foi completamente abandonada e nunca ninguém jogou as mãos àquilo. A CDU quando chegou à junta e em conjunto com a Câmara limpámos e só de uma vez tirámos de lá dez carradas de lixo e ainda há lá muitas zonas que têm caboucos das antigas instalações. Referir também, que é verdade que nós temos um espaço que foi criado no mandato passado com uma tinta especial, que tem um depósito que está num espaço vedado, que tem ventilação e painéis de sanduiche e a única coisa que ela tem é gasóleo e a tinta de água. Deixar aqui bem expresso esta questão.

Deixar aqui bem esclarecido, também, em relação à questão dos entulhos. Por exemplo, na zona do parque operacional, que é uma zona que foi enchida e nós aproveitámos alguns entulhos limpos dos big bags, uma coisa que, neste momento, a maioria das empresas fazem que é transformar o entulho em tuvenam e metemos algumas camadas para que aquele piso tivesse maior sustentabilidade.

**Vítor Rosa (BE)** – Duas questões muito rápidas, a primeira é pela dignificação do Campo Municipal Vítor Batista, as letras têm vindo a cair ao longo deste tempo, já não se consegue identificar o nome do campo e acho que era uma questão quer da Junta de Freguesia ou da Câmara repor essa situação.

A segunda, acompanhando aqui e reiterando o pedido do PSD relativamente a uma sessão pública na Freguesia do Sado sobre a questão da Aurora Lithium e da refinaria, deixava também aqui um pedido de esclarecimento dado que fazendo a Câmara parte da Comissão de Acompanhamento do processo desta unidade industrial do lítio, ali na SAPEC, e relativamente a um conjunto de notícias contraditórias que têm vindo a lume na comunicação social, se a Câmara nos pode dar alguma informação sobre todo este processo.

**Eunice Pratas (PS)** – Apenas para acrescentar que, segundo o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, seja entulho limpo, seja entulho sujo, nada pode ser depositado na Reserva Natural do Estuário do Sado. Mais, segundo a Portaria 40/2014, se for limpo por operadores especializados. Era só para este esclarecimento.

#### **b) Intervenção do Executivo**

**Presidente da Câmara** – Começando aqui pelo princípio, senhor deputado Rui Lamim, relativamente à questão da rocha com problemas de estabilidade na estrada de acesso às praias, já referi que quando tivemos a informação sobre esta situação imediatamente tomámos as medidas que consideramos adequadas e que foram, logo na altura, também adequadas para o anterior Governo. Também já tive a oportunidade de dizer o que aconteceu no passado e logo que este Governo tomou posse pedimos uma reunião ao Ministério do Ambiente. Como sabem a Sra. Ministra e o Sr. Secretário de Estado do Ambiente visitaram a zona e eu acompanhei essa visita e ficou de se marcar uma reunião com o Sr. Secretário de Estado e com as entidades que têm estado envolvidas neste processo. Essa reunião já teve lugar e foram tomadas algumas iniciativas no sentido de, em primeiro lugar, determinar a forma como avaliar as condições de intervenção e fazer o estudo para ver as melhores condições de intervenção. Foi a APA que ficou de elaborar os termos de referência para se avançar nesse processo e estamos a aguardar que a APA faça distribuir esses termos de referência para depois se poder avançar para esse estudo.

Senhor deputado desculpe lá, mas a forma como colocou a questão, parece-me que deixa algumas preocupações pelo que está aqui em causa. O que está aqui em causa é uma situação de grande risco, é evidente que a rocha podia ter caído quando houve o tremor de terra, não caiu felizmente, porque se a rocha cair, entretanto, os prejuízos para o ambiente e para as próprias infraestruturas que estão ali e que são



da responsabilidade da Câmara Municipal, naturalmente que são significativas. Ainda bem que não caiu. Agora, que todo o trabalho que tem sido feito no âmbito da avaliação da situação relativamente àquela rocha em concreto, é naturalmente de grande preocupação. Nós tomámos as medidas e reforçámos há dias toda a sinalização para que as pessoas que se arriscam a circular naquela zona a pé, não o possam fazer, porque a qualquer momento poderá acontecer a queda e isso terá efeitos devastadores.

A questão é que estamos a aguardar que a APA envie os termos de referência para se desenvolver um procedimento no sentido de se contratar empresas que possam fazer esse estudo da melhor forma de intervenção para os menores impactos na resolução daquele problema. É disso que estamos à espera, a Câmara Municipal continua atenta e preocupada, como não poderá deixar de ser, quanto ao encerramento da estrada, que fomos obrigados a fazer, mas relativamente àquela situação é preciso tomarem-se as medidas necessárias e convenientes. Reconheço que é necessário ser uma empresa da especialidade a fazer essa avaliação, tendo em conta que estamos a falar de uma rocha de mil toneladas, não estamos a falar de outra coisa qualquer.

Senhores deputados é, de facto, uma situação de grande preocupação e de grande risco que nós temos ali e, às vezes, como ouvimos questionar porque é que a estrada continua fechada, a estrada continua fechada e assumimos essa responsabilidade, porque a informação técnica que temos sobre a avaliação que foi feita é que é de extrema preocupação e, por isso, continuará fechada enquanto estiver na nossa responsabilidade e a sinalética se for retirada de lá, como às vezes acontece, voltará a ser reposta, uma vez que o que está em causa é extremamente perigoso.

Quanto à Praia da Saúde, senhor deputado, a informação que temos, é que ao longo dos últimos três anos, das análises feitas à água é que é água de boa qualidade para os banhos. Nesse sentido, nós temos em articulação com as várias entidades que têm responsabilidade nesta matéria, criado as condições para que as pessoas possam usufruir minimamente em segurança das condições daquela praia. Agora se me diz, como o senhor deputado disse, que com as marés houve alteração da qualidade da água, eu não tenho essa informação e naturalmente que irei verificar, mas se houvesse alteração e se a Câmara não foi informada, porque não é a Câmara que faz as análises, lamento e agradeço a informação que o senhor deputado aqui trouxe.

Ainda dizer que com a colaboração de todas as entidades que têm responsabilidades naquela intervenção, nós conseguimos criar medidas de segurança na praia para que as pessoas possam usufruir daquele espaço. Também tomamos a iniciativa de apresentar uma candidatura para, em primeiro lugar, se fazer um estudo de medidas a tomar para garantir que a praia possa ser utilizada sem aquela situação que todos reconhecem dos ferros que lá estão a determinada altura. Essa candidatura está em vias de aprovação, é a informação que nós temos, e logo que seja feito esse estudo, naturalmente que a determinação é avançar para a intervenção para que seja uma praia de uso para banhos.

Relativamente ao saneamento do centro da cidade, nós estamos a falar das águas que circulam da Ribeira do Livramento, a qual tem várias ligações ao longo da Ribeira. Têm sido feitas intervenções sucessivas na Ribeira no sentido de identificar as ligações que são feitas, que não são regularizadas e que depois intervêm na água da Ribeira. Nós conseguimos fazer essa intervenção no Parque da Várzea, essa parte está toda controlada, neste momento as águas que entram na Ribeira não têm qualquer contaminação dos esgotos. Agora, na zona que está canalizada, nós sabemos que existem aí ligações que, progressivamente, nós vamos identificando de onde é que elas vêm e fazer essas intervenções. É um trabalho, de facto, extremamente difícil e também há aqui uma questão que não podemos escamotear, é que toda a área que tem sido da responsabilidade da APSS não têm sido feitas as intervenções que deveriam ser feitas.

Nós temos protocolos com a APSS, assumimos a responsabilidade do tratamento daquele espaço, foram encerradas uma ou duas unidades que tinham problemas desses e, neste momento, não lhe sei dizer qual é a quantidade de esgoto que é lançado na Ribeira, mas ele é diminuto, é o que eu posso dizer. Naturalmente que o caudal é conforme o verão ou o inverno, se ele é significativo, mas esse esforço e essa preocupação mantêm-se e é muito difícil, como certamente imagina, de resolver estas pequenas infiltrações. A Câmara Municipal continua a trabalhar nesse sentido.

Senhor deputado Luís Maurício, se a Câmara Municipal já fez uma auditoria a propósito das notícias que circularam sobre eventuais situações que foram referidas quanto à anterior Presidente da Câmara, a Câmara Municipal, no nosso entendimento, não tem de fazer nenhuma auditoria. Como foi divulgado também, o Ministério Público tem um processo, que está em segredo de justiça e que nós aguardamos que a entidade competente, e essa é uma das entidades competentes, faça a investigação que entender por bem fazer, a Câmara Municipal, naturalmente, que estará disponível para toda a informação que for solicitada, como não podia deixar de ser, e entregar toda a informação.

Depois, medidas tomadas para evitar situações idênticas, ó senhor deputado, não conheço situações idênticas, nem posso dizer que aquilo que saiu na comunicação social é ou não é verdade, o que nós esperamos, afirmo e reafirmo aqui na Assembleia Municipal, é que as entidades competentes, as que estão na posse dos dados, que façam essa investigação o mais rapidamente possível para que esta nuvem negra não continue a pairar em cima do nome de Setúbal e, em particular, da Câmara Municipal de Setúbal. É o que eu apelo a quem tem essa responsabilidade e a quem tem essa iniciativa pelo que foi divulgada e da nossa parte é isso. Agora, não posso tomar medidas para evitar certas situações, porque não conheço e o que sei é que tudo funciona dentro da normalidade e por isso não posso tomar medidas para coisas que desconheço.

Depois quanto à senhora deputada do Partido Socialista, sobre a situação de uma jovem em cadeira de rodas na Feira de Santiago, agradeço essa informação e o que fez no sentido de facilitar a situação. Nós continuamos, também, a intervir no Parque de Santiago no sentido de se criar essas condições de mobilidade para todos, é um projeto que temos no Parque de Santiago e em toda a cidade, há uma candidatura que foi aprovada e que está para visto do Tribunal de Contas, no valor de 1 milhão e 200 mil euros no sentido de várias intervenções.

Quanto às passadeiras, creio que os senhores deputados têm essa noção, no ano passado contratamos uma empresa para pintar todas as passadeiras necessárias na área envolvente às escolas e este ano, certamente que algumas passadeiras já estão com problemas, mas temos contratações em curso e os nossos serviços estão a fazer essas intervenções da pintura e em primeiro lugar e como primeira prioridade junto das escolas e em outras zonas da cidade para as quais têm sido chamadas à atenção dos nossos serviços.

Procurar dar mais uma resposta ao senhor deputado do PSD sobre as obras na Freguesia do Sado. As obras estão identificadas, os senhores deputados aprovaram os empréstimos onde nós pedíamos as obras para a Freguesia do Sado.

Relativamente à questão do parecer do ICNF, a proposta não veio aqui, mas foi à Câmara Municipal, foi retirada a adjudicação para que não haja efeitos penalizadores para a própria Câmara Municipal, tendo em conta que estamos num processo de adjudicação e foi reconhecido que não foi atempadamente considerado o parecer do ICNF que tinha sido solicitado há vários meses e que não tinha sido dado e nós decidimos avançar, como é a nossa obrigação. Veio o parecer do ICNF e nós vamos cumprir com esse parecer. Não podemos é ficar meses e meses à espera de pareceres de entidades que têm a obrigação de dar resposta em tempo para nós servirmos aquilo que são os nossos compromissos em benefício das nossas populações.

Quanto à refinaria do lítio, como a Câmara Municipal faz parte da Comissão de Acompanhamento, o que foi solicitado foi que, quando estiver terminado o estudo de impacto ambiental, a empresa faça a apresentação do projeto e que se discuta ao mesmo tempo que o estudo de impacto ambiental está em discussão pública, que é obrigatório. Antes disso, poderia parecer um pouco extemporâneo, porque só depois do estudo de impacto ambiental é que faz sentido saber se o projeto é ou não para avançar, porque o estudo de impacto ambiental pode vir a levantar determinadas situações que impeça o desenvolvimento do próprio projeto, esperemos que não. Na minha opinião, desde que sejam salvaguardadas as chamadas de atenção que a Câmara Municipal deu relativamente ao projeto, que são medidas fundamentais que devem ser consideradas, para além daquelas que o estudo de impacto ambiental ou a avaliação que o impacto ambiental venha a considerar.

Peço imensa desculpa ao Sr. Presidente e aos senhores deputados, mas é minimamente impossível no tempo que é disponível dar resposta a todas as questões dos senhores deputados.

c) Recomendações e Requerimentos

1. Recomendação “Elaboração de um Plano especial de evacuação para a população do concelho de Setúbal em caso de sismo” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Ana Rita Drouillet (CDU)** – Sobre esta recomendação a CDU considera que seja sempre possível melhorar todo o trabalho efetuado até à data, mas esta recomendação revela alguma desinformação sobre o trabalho que tem vindo a ser realizado pela autarquia que, nomeadamente, traçou diversos corredores de evacuação no centro da cidade, porque é a zona mais baixa e aquela que apresenta maior risco neste tipo de situações. A Câmara Municipal tem, também, efetuado um trabalho de prevenção nas escolas e no passado mês de fevereiro foi feita uma simulação e o ensino de comportamentos a ter em caso de perigo.

A Câmara Municipal trabalha, também, com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil que, dentro de um pouco menos de dois meses irá efetuar novamente o exercício proposto que se chama a “Terra Treme” a 14 de novembro, para além de diversos outros planos de emergência municipal propostos pela Proteção Civil, como é o caso do Plano de Emergência Externo na Península da Mitrena, o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra os Incêndios, o Plano Municipal de Intervenção do Centro Histórico, o Plano de Evacuação de Setúbal, o que representa um conjunto de medidas que vai até muito para além daquela que está estipulada pela lei.

Nós consideramos que, apesar do caráter atual desta proposta, esta não acrescenta nada ao trabalho que tem sido desenvolvido e por isso iremos votar contra.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, um do PS, dois do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, 15 votos a favor, 8 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE.

2. Recomendação “Reforço da Segurança em Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Flávio Lança (IL)** – Só para que lá em casa consigam perceber o que é que estamos aqui a apresentar e não vou ler, só muito resumidamente dizer o que é que se trata.

Nós já tínhamos apresentado uma recomendação similar o ano passado quando saíram os dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2022, saíram os 2023 e continuam a ser alarmantes com a criminalidade no distrito a subir, o crescimento de roubos e violência doméstica, são dados que continuam a apresentar um crescimento, quer no distrito, quer no concelho.

É precisamente no concelho que, também, verificamos notícias crescentes de relatos de assaltos, violência armada e até ocupação ilegal de imóveis e para enfrentar este desafio trazemos esta recomendação. Recomendamos ao executivo que aumente o patrulhamento de proximidade na cidade, que é uma das competências que vem na transferência de competências. Pode ver o Decreto-Lei, que esclarece a atuação do Conselho Municipal de Segurança, que tem falhado sistematicamente ao não enviar os pareceres regulares para esta Assembleia, que também faz parte do regimento do Conselho Municipal de Segurança. Que reforce a iluminação pública em áreas críticas, que é algo que atua como dissuasor da criminalidade.

**Simão Calixto (CDU)** – Em primeiro lugar, esta recomendação tem mais uma vez um problema de forma, porque, mais uma vez, solicita que a Assembleia aprove dois requerimentos e, desse ponto de vista, creio que tem este problema de forma que já por diversas vezes aqui veio.

Em relação às recomendações, embora não acompanhem estes considerandos da Iniciativa Liberal de uma cidade insegura e de um país inseguro, não temos nada contra que o executivo promova e reivindique com os seus meios de policiamento de que precisamos, de facto, aqui nesta cidade e no resto do concelho também não temos nada contra o reforço de iluminação pública.

Pedimos, mais uma vez, à Iniciativa Liberal que clarifique esta questão dos requerimentos, os quais não precisam de serem aprovados pela Assembleia.

**Vítor Rosa (BE)** – Quando não é o CHEGA, temos a IL a trazer esta Assembleia a deriva securitária da criminalidade. Concordando com a necessidade de maior informação a este órgão sobre o estado da segurança no concelho, por parte do Conselho Municipal, não nos revemos na maioria dos considerandos apresentados, daí irmo-nos abster relativamente a esta recomendação da Iniciativa Liberal.

**Luís Maurício (CH)** – Nós vamos votar favoravelmente, porque achamos que a recomendação está bastante elaborada e debate vários pontos das fragilidades da nossa cidade de Setúbal, acho que podia estar mais complementada e podia ir um bocadinho mais além. A Iniciativa Liberal devia, também, repensar como todas as cidades andam a repensar na videovigilância e que se comece a tornar essencial nas grandes cidades.

Setúbal, mais dia, menos dia, vai ter, mesmo que o Bloco venha com as suas teorias que já ninguém acredita em nada, videovigilância para haver mais segurança, porque os partidos de direita, se Deus quiser, cada vez vão estar mais fortes, cada vez vão estar mais unidos. Cada um fala dos seus partidos, por isso todos nós defendemos mais segurança para Setúbal, defendemos uma Setúbal mais segura para todos, porque os portugueses merecem, os setubalenses merecem e todos merecemos.

Para concluir, a videovigilância devia estar aqui, também, acrescentada e vamos votar favorável e parabéns à Iniciativa Liberal.

**Simão Calixto (CDU)** – Senhor Presidente, era só para perceber se a Iniciativa Liberal resolve esse problema de forma ou não, porque isto também, de certa forma, vai diferenciar o nosso sentido de voto.

**Presidente da Mesa** – O que a CDU quer saber é se a Iniciativa Liberal faz três requerimentos ao executivo, quatro...

**Flávio Lança (IL)** – Faz dois!

**Presidente da Mesa** – Dois ou faz quatro requerimentos ou recomendações?

**Flávio Lança (IL)** – O que a Iniciativa está aqui a pedir é que a Assembleia Municipal requeira, é um pedido conjunto de todos e por isso é que foi colocado aqui. O Sr. Presidente diz-me que é impossível nós fazermos um requerimento conjunto nesta recomendação?

**Presidente da Mesa** – O que é próprio, analisando isto rapidamente, é que o órgão deliberativo faça recomendações ao executivo, o requerimento é como um pedido de uma ação para ter uma resposta. Também pode ser um requerimento para se perguntar, agora, o que está colocado é que se quer recomendar alguma coisa ao executivo pode pedir que dê alguma resposta, como há aqui coisas que são pedidos de ação parecem mais uma recomendação, talvez seja essa a intenção, recomendar ao executivo que atue de determinada forma?

**Flávio Lança (IL)** – Sim, correto Sr. Presidente. Nós temos aqui duas recomendações de atuação e temos dois pedidos de informação para esta Assembleia, foi isto que quisemos fazer, se entender que isto se divida em dois, podemos dividir entre requerimentos e recomendação. Acho que complica o funcionamento da Assembleia, mas se fizer muita comichão à bancada da CDU, podemos fazer a divisão entre um requerimento e uma recomendação, não percebo qual é que é o problema?

**Simão Calixto (CDU)** – Senhor deputado Flávio Lança, a questão acima de tudo não essa, é uma questão de procedimento e de forma, a Assembleia não tem de aprovar requerimentos de ninguém, porque o senhor está em condições de requerer precisamente isso à Câmara, não precisa que nós o aproveemos.

**Flávio Lança (IL)** – Mesmo fazendo aqui ou....

**Simão Calixto (CDU)** – Como quiser. Assim a CDU vai-se abster, tendo em conta este problema de forma.

**Presidente da Mesa** – Vamos lá tentar arrebatar aqui a questão de forma, como é uma questão de forma, senhor deputado Flávio Lança, isto alterava o sentido se a redação ficar “Recomenda à Câmara que: 1, 2, 3, 4”?

**Flávio Lança (IL)** – Então nós alteramos para recomendar em todos os pontos.

**Presidente da Mesa** – E acaba-se a mistura de recomendações e requerimentos. É aceite assim? Muito bem, então com esta adaptação vamos passar a votos.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE.

### **3. Recomendação “Para melhoria da Limpeza Urbana e Manutenção de Espaços Verdes no Município de Setúbal” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Maria João Palma (PS)** – A recomendação do Partido Socialista tem por base, primeiro, as denúncias e as chamadas de atenção que chegam ao Gabinete de Apoio aos Vereadores do PS por pessoas como nós cidadãos e munícipes deste concelho.

Em segundo, pela observação de relatos que constam nas redes sociais acompanhadas de dezenas de fotografias.

Finalmente, observação direta e utilização por todos nós dos espaços verdes, de um conjunto de depósitos urbanos para resíduos indiferenciados, biológicos e ecopontos, no entanto, no concelho de Setúbal, dirigido há mais de duas décadas pelo executivo CDU e neste mandato liderado por um Presidente do Partido “Os Verdes”, vai se fazendo qualquer coisa para se dizer que não se faz nada relativamente à melhoria da limpeza urbana e à manutenção de espaços verdes no Município de Setúbal.

**Simão Calixto (CDU)** – Ainda bem que a população de Setúbal tem memória daquilo que foi a intervenção do PS em matéria de resíduos e que isso certamente também tem pesado naquilo que tem sido as escolhas da população para a gestão dos nossos concelhos.

De facto, o que o PS nos traz aqui é o seu programa eleitoral em matéria de resíduos, ainda que podiam ter sido mais honestos e terem dito que este conjunto de medidas também já está a ser desenvolvido pela Câmara e pelos seus Serviços Municipalizados. Aliás, posso até adiantar, e isto é público, que através dos Serviços Municipalizados esta Câmara já investiu mais de 2 milhões de euros em meios humanos e materiais para a recolha de resíduos só neste ano e meio de ação dos Serviços Municipalizados.

Destacamos a contratação de mais 30 trabalhadores para permitir um terceiro turno de recolha de resíduos, destacamos 10 viaturas novas para a recolha de resíduos monos e resíduos verdes, bem como a colocação de cerca de 2 mil contentores novos na via pública. Se isto não é trabalhar, no ponto de vista para a manutenção da cidade e do espaço público, não sei o que é.

Até tomámos um conjunto de medidas recentes em Azeitão pelos Serviços Municipalizados, em articulação com a Junta de Freguesia, que têm permitido um reforço da recolha porta-a-porta, o aumento da recolha de RSU, de monos e de resíduos verdes, que têm sido tomados como boas iniciativas e boas condições por parte da população, o que tem sido bastante elogiado.

No âmbito da limpeza urbana, certamente que haverá muitas deficiências, também tem sido um caminho de descentralização para as freguesias que tem sido com o esforço também desses trabalhadores e que temos procurado resolver todas as lacunas com um reforço das equipas, de materiais e de horários e, também, de reforço da limpeza todos os dias.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

**4. Recomendação “Consciência Pública” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

**Simão Calixto (CDU)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou contra esta recomendação, porque, mais uma vez, limitam-se a fazer oportunismo daquilo que é o trabalho que o município já desenvolve, com um conjunto de regulamentos e trabalho que é desenvolvido com simulacros, com parcerias de educação e através, também, dos serviços municipais de proteção civil e naturalmente não poderíamos votar a favor desta recomendação.”*

## **II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES**

**1. Moção “Pela retirada da bandeira portuguesa ao cargueiro MV Kathrin – Pelo cumprimento pelo Estado português das Resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Luís Maurício (CH)** – As alegações do Bloco de Esquerda sobre o navio MV Kathrin carecem de embasamento factual e demonstram um desconhecimento das culpidades envolvidas em questões de transporte marítimo internacional.

É fundamental que os partidos políticos se abstenham de fazer afirmações sensacionalistas que possam prejudicar a imagem de Portugal no exterior, em vez disso, deveriam ir buscar informações precisas e dialogar com os especialistas nas áreas para propor soluções responsáveis e eficazes.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do PS, um do CH e um do PAN.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 8 votos contra, 6 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 da IL, e 8 abstenções do PS.

**Flávio Lança (IL)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal votou contra esta moção pelas seguintes razões, em primeiro lugar a Assembleia Municipal de Setúbal não é o fórum adequado para tratar de questões de geopolítica e comércio internacional. Este é um tema que deve ser discutido nas instâncias diplomáticas e no Governo Central e não numa Câmara Municipal.*

*Em segundo, interferir com o comércio internacional a exigir a retirada da bandeira portuguesa de um navio concreto, é uma medida desproporcionada que compromete a neutralidade de Portugal e o princípio de livre comércio. A resolução da ONU, citada nesta moção, não pode ser utilizada como pretexto para decisões que afetam a soberania e os compromissos comerciais do nosso país.*

*Por último, se há falhas no registo de navios sob bandeira portuguesa, estas devem ser corrigidas através de regulamentação nacional apropriada e não com decisões locais que pouco ou nada resolvem. Portugal deve continuar a cumprir as suas obrigações internacionais e garantir que as suas decisões sejam tomadas no quadro legal e diplomático adequado.”*

**Nuno Carvalho (PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Sobre esta matéria, eu penso que é mais do que óbvio que tentar dar lições de moral, ficaria muito mal a qualquer grupo municipal aqui presente, em particular, porque isso levaria a que nós, se calhar, quiséssemos avaliar com algum critério aquilo que foram as diferentes posições tomadas de cada partido e em diferentes lugares.*

*Se fôssemos analisar como é que foram votados, por exemplo, como é que foram os votos de alguns deputados eleitos agora para o Parlamento Europeu sobre aquilo que é o reconhecimento do regime, eu chamo-lhe regime porque ele é assim reconhecido o regime de maduro, nós, se calhar, estávamos aqui a debruçar durante bastante tempo. A deputada Catarina Martins, legitimamente eleita por Portugal, votou a favor e no entanto, nós não reconhecemos naturalmente essas eleições, ela votou a favor do reconhecimento dessas eleições, tal como votaram os deputados do Partido Socialista. São posições que, naturalmente podem ser tomadas e tem a sua legitimidade, mas não estão isentas de crítica por aquilo que representam...”*

**Presidente da Mesa** – A declaração de voto agora senhor deputado. Peço desculpa, mas já não estamos na fase da discussão.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Há um aspeto que eu concordo consigo, com a sua anuência, é que, de facto, a geopolítica tem destas coisas e essa discussão cabe aqui é porque ela não é apenas discutida num ponto, ela está interligada em vários. E vou já ao ponto, agradecendo a sua anuência até agora e não fugindo ao tema.

*“O ponto é precisamente este, de facto quando nós analisamos um único aspeto de um único cargueiro, isso não significa que Portugal não tenha uma posição diferente daquela que eu penso, que se não forem todos os grupos, eu creio que são a maioria dos da Assembleia Municipal, que é o reconhecimento de dois estados, quer o da Palestina, quer o de Israel, e Portugal naturalmente defende uma solução pacífica. Nesse mesmo sentido, Portugal e o seu Governo não recebe lições de moral de ninguém sobre esta matéria e se fosse para dar lições de moral a alguém, se fôssemos ver o registo daquilo que andaram a votar em vários outros sítios, quem sairia daqui envergonhado nessa longa discussão, claramente não seria o Governo português, nem a maior parte dos portugueses que não se reveem em alguns tipo de decisões, como aquela que iniciou a minha uma intervenção.”*

## **2. Moção “Defender a Autonomia do Poder Local – Rejeitar a imposição de tarifas pela ERSAR” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Vítor Rosa (BE)** – É um pedido de esclarecimento, porque ontem saiu uma notícia que dizia que a ERSAR vai retomar as competências originais, que estiveram em vigor até 2020 quanto à definição de preços de água, tal como o Governo anunciou em agosto.

Isto significa, esclarece a Presidente da ERSAR, que terá o poder de aprovar as tarifas das entidades que gerem a captação e armazenamento, essencialmente o grupo Águas de Portugal, mas não inclui as tarifas dos municípios, ficam nas mãos das autarquias ou na das concessionárias que contratam a distribuição de água. De acordo com a Presidente do regulador, Vera Eiró, a ERSAR passa a determinar a tarifa em alta no abastecimento de água, não é a tarifa municipal. Quero saber se, de facto, isto relativamente ao primeiro ponto desta moção, se não colide ou se isto, de facto, corresponde ou que aplicações possa ter relativamente ao tarifário municipal.

Esta é a minha dúvida relativamente ao ponto um desta moção.

**Simão Calixto (CDU)** – Notícias, não passam disso mesmo, de notícias, e enquanto não sair legislação que garanta que a ERSAR definitivamente não vai determinar tarifas por órgãos legitimamente eleitos, como é o caso do Poder Local, nós mantemos esta posição de princípio contra a imposição das tarifas pela ERSAR no Poder Local e noutros. Apesar de tudo, as câmaras também são acionistas de muitas empresas do grupo Águas de Portugal e, também, têm uma palavra a dizer aí e que não se torne isto também arbitrário.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS e 1 do BE, 1 voto contra da IL, e 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do PAN.

**Flávio Lança (IL)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Na realidade, eu percebi o espanto do Sr. Presidente, nós acreditamos que os municípios devem ter mais liberdade para definir as tarifas sem dependerem de uma entidade centralizada como a ERSAR.*

*O Decreto-Lei em questão devolve efetivamente esta decisão a esta entidade que está menos próxima do Poder Local. No entanto, o problema, e nós votámos contra, é que muitos municípios têm oferecido água a preços abaixo do custo real, o que prejudica a manutenção e qualidade do serviço. Tarifas demasiado baixas colocam em risco o abastecimento de água e de saneamento. Além disso, esta moção da CDU mistura tópicos e vai contra a necessidade de ajustar as tarifas aos custos reais. A Iniciativa Liberal defende serviços de qualidade e financeiramente sustentáveis, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a um serviço eficiente.”*

**3. Moção “Pelo urgente e real aumento dos salários” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Manuel Fernandes (PS)** – Relativamente a esta moção devo começar por dizer que quando se apresentam moções nesta casa devem-se ter alguns cuidados até mesmo com o argumentário e os considerandos que as moções acarretam. Porque forçar uma narrativa para conseguir atingir uma mensagem que não é real, rapidamente são ultrapassados pela própria realidade e estas moções acabam por não ter qualquer êxito e nem sequer tem a adesão à realidade, não fazem sentido.

Está-se aqui dizer que os sucessivos governos e o atual apostam na manutenção de baixos salários, tentando nivelar os salários por baixo. Senhores deputados, quem apresenta esta moção esqueceu-se que o aumento do salário mínimo em Portugal em 2022 foi de 6%, em 2023 de 7,8 e em 2024 de 7,9, esqueceram-se disto? Estes foram os maiores aumentos de salário mínimo desde 1992, vou repetir 1992.

Também são menos os jovens a receber o salário mínimo em Portugal, aqui na moção está a dizer cada vez mais trabalhadores estão abrangidos pelo salário mínimo, mas as estatísticas dizem o contrário, a moção não é verdadeira, pura e simplesmente não é verdade. Estão a apresentar considerandos que não correspondem à realidade.

A agenda do trabalho digno, contempla 70 medidas com os seguintes objetivos: combater a precariedade, incentivar o diálogo social, promover igualdade, criar condições para um melhor equilíbrio da vida profissional e familiar, reforçar os mecanismos de fiscalização. Senhores deputados, a CDU votou contra e apresenta esta moção aqui, mas a CDU votou contra a agenda do trabalho digno.

O salário médio teve o maior aumento da década, resultante do acordo de rendimentos de salários e competitividade, a CDU votou contra e depois apresentam esta moção, isto não faz o mais pequeno sentido. Estão a falar do quê? Estão a falar de uma narrativa que não existe.

O Partido Socialista não acompanha, como é óbvio, ainda para mais numa Câmara onde a gestão é feita pela CDU e teve durante quase um ano uma série de profissionais, entre eles os Bombeiros Sapadores que estiveram em greve e tiveram que ter um despacho de um Tribunal Administrativo para poder pagar o subsídio de turno com a clarificação do Governo anterior. Portanto, meus caros, lamento imenso, esta moção não faz o mais pequeno sentido e é de uma leviandade e de uma ligeireza apresentar estes considerandos aqui.

**Luís Leitão (CDU)** – Esta moção fala, efetivamente, daquilo que se passa na realidade e com a generalidade dos portugueses. É que cada vez mais existem trabalhadores a ganharem o salário mínimo nacional e isso é indesmentível e quando é mencionado nesta moção que os salários estão a ser esmagados ou estão a ser igualados por baixo é efetivamente disso que se fala, com uma desvalorização das carreiras. Que digam os trabalhadores desta autarquia, nomeadamente os Assistentes Operacionais que quando entraram para a função pública quantos aqui ganhavam o salário mínimo e quantos é que estão a ganhar. Mas isso os outros senhores não vêem, querem defender outras damas, nomeadamente uma agenda de trabalho digno que tem muito pouco de digno, porque não dignifica nem as profissões, nem as pessoas, nem dignifica efetivamente quem trabalha e quem vive da sua vida a trabalhar e faz dela o trabalho.

Já agora se diga que os professores lutam é para ganhar mais, é para terem mais salário, porque o salário deles foi esmagado e continua a ser esmagado. Os médicos, os enfermeiros idem e não estamos a falar de trabalhadores que tenham um salário digno, o que estamos a falar é de uma desvalorização total e transversal de todas as carreiras profissionais.

Já agora, se quisermos falar de desvalorização, falemos de uma contratação coletiva que é feita toda por baixo, abaixo da lei, abaixo de mínimos, inclusive do Código de Trabalho para dar bancos de horas às empresas e para as mesmas beneficiarem disso e o trabalho ser pago a singelo.

**Flávio Lança (IL)** – A Iniciativa Liberal votará contra esta moção, pois consideramos que está desalinhada com a realidade económica. A moção menciona a concentração de riqueza pelos grandes grupos económicos, mas não diz quantos desses grupos económicos pagam salários em Setúbal.

A verdade é que o município tem feito pouco para atrair empresas, o que limita as oportunidades de emprego qualificado, além disso, a proposta de aumento salarial de mil euros parece insuficiente, se o objetivo é verdadeiramente apoiar os trabalhadores, porque não dois mil?

As empresas não têm flexibilidade que os municípios têm na gestão dos seus encargos e das suas receitas, não podem decretar taxas, nem podem atrasar os pagamentos aos seus fornecedores, porque sabem bem o que é que lhes acontece. As empresas precisam do dinheiro das vendas para pagar salários e para pagar aos seus fornecedores, não são taxas, não decretam as suas vendas.

Digo mais, em 2021, 99,9% das empresas em Portugal eram PME não eram estes 19 grupos com grandes lucros e que são responsáveis por 76% do emprego e operam com margens muito reduzidas. Estarem a pôr aumentos salariais desajustados a esta realidade pode agravar a sobrevivência destas empresas e pôr em causa os postos de trabalho.

Defendemos que os salários devem ser ajustados pela dinâmica do mercado e não por imposição que ignora o contexto económico, as vias para aumentos de salários passam por criar medidas que promovam o crescimento económico.

**Rui Lamim (PSD)** – Estas moções da CDU sobre o aumento dos salários, e já tivemos várias moções destas aqui e algumas delas melhores escritas do que esta que aqui está.

Numa primeira leitura é logo a primeira frase que leva a que ela seja chumbada e que diz “*Os sucessivos governos e o atual, apostam na manutenção dos baixos salários*”. Já se falou aqui no aumento do salário mínimo, portanto, a partir daqui tudo isto cai como um baralho de cartas. Já tivemos textos melhores da CDU sobre este mesmo tema, mas continua aqui uma certa aversão ao lucro, esquecendo-se que são as empresas que têm lucro e que conseguem aumentar o pagamento dos salários, porque aquelas que não têm lucro desaparecem e deixam de pagar salários. É mais ou menos assim, é uma coisa simples, mas é difícil entrar em algumas cabeças, eu sei. Mais uma vez vamos votar contra.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 17 votos contra, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, e uma abstenção do PAN.

**Manuel Fernandes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: “*O Partido Socialista votou contra esta moção não pelo título “Pelo urgente e real aumento dos salários”, não é um título que oferecesse qualquer dúvida à bancada do Partido Socialista. O Partido Socialista votou contra, porque os considerandos são errados e há dois números que o ditam exatamente de uma forma muito clara, em 2022 cerca de 24,7% dos trabalhadores recebia o salário mínimo, em 2024 são apenas 20,8 dos trabalhadores que recebem o salário mínimo, portanto, contradiz completamente aquilo que são os considerandos da moção da CDU.*”

**4. Moção “Transferência de Competência Educação – Ano letivo 2024/2025” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Vanessa Silva (CDU)** – Aproveitamos este momento para fazer uma saudação aos construtores da escola pública, este momento que é o início do ano letivo 2024/2025, naturalmente a professores, funcionários das escolas, estudantes, pais, encarregados de educação e ao conjunto de toda a comunidade educativa.

A consideração que aqui colocamos tem que ver com o facto de o processo de transferência de competências para os municípios, em curso, constituir uma clara desresponsabilização do Poder Central de áreas sociais geradoras de descontentamento e que tem esse descontentamento assente na falta de investimento público que garanta as respostas adequadas às necessidades dos cidadãos e é assim também no que respeita à educação.

Quando o anterior Governo avançou com este processo, iniciou-o sobre uma perspetiva do não aumento da despesa pública, mas no quadro da negociação com a Associação Nacional de Municípios acabou por assumir e garantir que iria transferir os meios financeiros necessários ao pagamento das competências transferidas, o que não se veio a verificar e o que se está a perceber, é que há um onerar dos orçamentos municipais em muitos, muitos milhões de euros. No caso de Setúbal, os déficits entre o que é o financiamento e o que é a despesa com as competências transferidas é, em 2022, cerca de 1.300 mil euros e em 2023 cerca de 1.400 mil euros.

Posto isto, nós apresentámos uma moção exaustiva com um conjunto vasto de considerandos em que propomos, no fundamental, 4 deliberações. Solicitar que o Município de Setúbal desenvolva um conjunto de ações com vista ao esclarecimento da comunidade educativa e da população em geral, nomeadamente através do agendamento de uma sessão específica do Conselho Municipal de Educação. Pese embora, saibamos que ao longo deste processo o Conselho reuniu várias vezes sobre o tema e consideramos que, neste momento, seria importante que esta ação se realizasse e exigisse a suspensão do processo de transferência e a retoma das negociações com os municípios com base no pressuposto que a questão central deste processo é a universalidade do direito à educação.

Solicitar ao Ministério da Educação o ponto de situação, atualizado, sobre a estratégia de gestão da rede educativa, o financiamento e calendário a implementar no âmbito da construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, que é da sua competência, e solicitar ao Governo que salde as dívidas acumuladas desde 2022 e que reforce as verbas previstas para 2024 e anos seguintes.

**Marco Costa (PS)** – Esta moção apresentada pela CDU que a deputada Vanessa diz que é exaustiva, a nós, confesso, que nos deixa pasmados, estupefactos, porque afirma a CDU que o Governo procurou alijar para o Poder Local responsabilidades que devem pertencer ao Governo. Sendo que o verbo alijar significa deitar borda fora, atirar a carga fora do navio. E, diz a CDU, que através da sua experiência que esta opção é um erro levando-o ao acentuar de assimetrias, pondo em causa a igualdade de oportunidades, comprometendo o direito a uma educação de qualidade para todos. Diz a CDU que, na verdade, o que se verifica é um grande retrocesso, na minha modesta opinião o único retrocesso que vislumbro é nesta forma de pensar. O que é facto é que o Governo anterior, do Partido Socialista, levou a cabo a descentralização de competências na educação e esta decisão é considerada fundamental e é uma das maiores reformas, das reformas mais estruturantes que este país já assistiu na história da sua democracia.

Desde a nota introdutória aos considerandos e até às deliberações, é uma moção que nos deixa pasmados. Passando à matéria deliberativa, solicita ao Município de Setúbal um conjunto de ações com vista ao esclarecimento da comunidade educativa. O mesmo município que, através de um outdoor, o maior que eu conheço de 12 metros por 3, esclarece a comunidade educativa a dizer que vai construir o Centro Educativo de Barbosa do Bocage, mas eliminem essa propaganda e concentrem-se naquilo que é o essencial, que é levar esta reforma a cabo. Exige a CDU a suspensão deste processo e a retoma de negociações. Mentalizem-se que este processo não vai parar, já foram transferidas 996 escolas, 3.552 edifícios, 42.500 pessoas ao abrigo desta descentralização de competências, e querem parar um processo destes? Parar e suspender e talvez retroceder, isso é que um retrocesso.

Pede a CDU um ponto de situação ao Governo, é para nós de espantar como é que a CDU estando na gestão do município ainda não o pediu, já devia ter pedido o ponto de situação. Não precisa de um mandato da Assembleia Municipal para o pedir, certo? E pede ao Governo para saldar as suas dívidas, ora bem, mas também que a CDU cumpra os seus compromissos com esta delegação de competências, assim como o Governo, agora do PSD, cumprirá também os seus compromissos.

**Paula Soeiro (PSD)** – O grupo municipal do PPD/PSD votará contra a moção “*Transferência de competência da Educação – Ano letivo 2024/2025*” por não poder acompanhar, nem os considerandos, nem os pontos deliberativos. Nomeadamente no ponto um, e não vou lê-lo já foi aqui esclarecido das deliberações, até porque ao presente não foi necessário que a Assembleia Municipal instasse o executivo para proceder a esclarecimentos à população sobre uma matéria que o próprio entenda que seja necessária ser esclarecida. Ou ainda abordar ou agendar um ponto de análise no Conselho Municipal de Educação, quando o Presidente do órgão, o próprio Presidente do executivo e onde, também, tem assento o Presidente da Assembleia Municipal, por isso sendo matéria que seja de preocupação do executivo poderão perfeitamente fazê-lo e não necessita da recomendação da Assembleia Municipal.

No ponto dois, esta proposta de deliberação é contrária à posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tal como se infere das afirmações da Sra. Presidente da Associação, no passado dia 12 de setembro, em que emitiu uma mensagem de compromisso e de empenho da Associação Nacional de Municípios com as políticas que o país precisa prosseguir e que o caminho não tem retorno, são palavras da própria Presidente, e importa, ainda, aprofundá-lo.

Relativamente ao ponto três, por considerarmos ser redundante, uma vez que estes dados estão disponíveis para o município através da própria Associação Nacional de Municípios, porque também não foi alterado o acordo celebrado em 21 de julho de 2023 e ainda porque a Carta Educativa Municipal, aprovada e enaltecida em dezembro de 2023, continha os compromissos deste executivo para diversas construções e intervenções, com a indicação de prioridades, cronograma de execução e custos.

Finalmente ponto quatro, porque entendemos que estas reivindicações constam nas propostas para o Orçamento de Estado apresentadas pela Associação Nacional de Municípios e na última reunião com o Ministro das Finanças no passado dia 23.

**Vanessa Silva (CDU)** – Sobre este processo não há um voltar atrás, a ver vamos, porque este processo que envolveu tantas coisas e tantos meios esqueceu-se de uma parte, que foi teoricamente uma descentralização administrativa, mas há órgãos de gestão das escolas, mas se hoje tudo retornasse ao Ministério da Educação, há órgãos de gestão da escola que são um órgão de proximidade no âmbito da Administração Pública e seria absolutamente possível, sim, reverter este processo. Mas nem é a reversão que aqui está colocada, está a suspensão e a retoma da negociação, cujos municípios na base do pressuposto que a questão central é o da universalidade do direito à educação.

Depois, temos sempre solicitado ao Ministério da Educação o ponto de situação atualizado sobre a estratégia de gestão da rede educativa, isto porque foi anunciado pelo anterior Governo um determinado entendimento com a Associação Nacional de Municípios que previa três fontes de financiamento para, por exemplo, a requalificação de escolas prioritárias. Foi acionado dois deles, mas o bolo maior do financiamento que estava previsto um empréstimo ao BEI, que até hoje não há nenhuma informação se está contratado ou se está a ser negociado pelo atual Governo e que deveria integrar as contas do atual Orçamento do Estado, mas como nós somos eleitos municipais e não deputados da Assembleia da República não temos como saber, portanto, é de todo pertinente colocar aqui a preocupação. E não, não há cronograma de construção de novas escolas em nenhum site do Ministério da Educação, nem informação à Associação Nacional de Municípios.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 15 votos contra, 9 do PS, 5 do PPD/PSD e 1 da IL, e 3 abstenções, 2 do CH e 1 do PAN.

**Presidente da Mesa** – Com 4 minutos e 15 excedidos, a si é que se aplica mesmo, a si ou a alguém do PS, a contenção da declaração naquilo que já declarou. O regimento tem tempos prescritos para as intervenções de cada bancada, não estamos a respeitá-los.

Faça favor, faça uma declaração e que não repita a sua intervenção, porque se o fizer, não posso estar constantemente a ir atrás destes truques.

**Marco Costa (PS)** – Senhor Presidente, nas suas funções, que não vou julgá-las, mas se quisesse ser justo, atribuiu a palavra à deputada Vanessa, quando já tinha tempo negativo, se eu quisesse ter-lhe-ia pedido, também, para fazer uma réplica à réplica e fui condescendente nesse ponto e apenas a deputada Vanessa falou. Agora, a única coisa que estou a pedir é o meu direito a nível de regimento, que é fazer uma declaração de voto numa moção que foi aprovada, mas que o nosso voto foi contrariado e tenho todo o direito de fazer uma declaração de voto de três minutos.

**Presidente da Mesa** – Peço-lhe que pare as suas considerações, porque estamos a perder mais tempo do que a declaração de voto.

**Marco Costa (PS)** – Agradecia que as chamadas de atenção fossem para outra pessoa que não só a minha. Já é um tema recorrente em todas as reuniões em que o Sr. Presidente preside e em que as chamadas de atenção são única e exclusivamente para a nossa bancada e às vezes para algumas pessoas.

**Presidente da Mesa** – Não é verdade! Chamo a atenção dos deputados para isso e que não pode ser usado assim pessoalmente. Eu chamei a atenção para vários e desde o início da reunião. Olhe para o contador e veja que o Partido Socialista é o que tem maior excesso de tempo de todos.



**Marco Costa (PS)** – Por acaso até não é, por acaso até é o executivo, está a ver Sr. Presidente.

**Presidente da Mesa** – Quer fazer a sua declaração de voto? Faça favor e use o mínimo tempo possível, por favor, sem repetir aquilo que já argumentou. Tente lá, se faz favor.

**Marco Costa (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A descentralização de competências na educação, consagrada pelo anterior Governo do Partido Socialista, foi uma das formas mais estruturantes para este país. Através dessa descentralização de competências, assentou num compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios para adequação dos meios financeiros, técnicos e humanos para a fixação de critérios que determinassem os valores a transferir para os municípios na área do edificado, da manutenção, da conservação do equipamento e do apetrechamento de edifícios escolares, no garante do financiamento à construção de novas infraestruturas e na recuperação ou ampliação de estabelecimentos de ensino básico dos 2º e 3º ciclos, ensino secundário e de intervenção prioritária.*

*Diz esta moção da CDU, que tudo isto, que todas estas causas são em vão e que este processo de descentralização de competências só representa um retrocesso e que a medida que se deveria optar era suspendê-lo.*

*Na nossa opinião, não é exequível, porque é um processo que está em curso no país inteiro com resultados excelentes e, segundo, não é razoável, porque a própria Câmara Municipal de Setúbal quando transfere competências para as juntas de freguesia, diz assim: “A maior proximidade aos cidadãos e a maior agilidade nos processos resultam numa maior eficácia e celeridade nas obras de manutenção do edificado escolar.”, portanto, a mesma coisa esperamos deste processo de transferência de competências do Governo para as autarquias.”*

### **III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR**

- 1. Saudação “45 anos do Serviço Nacional de Saúde” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, um da CDU, dois do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 16 da CDU, 7 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 votos contra do PPD/PSD.

**Rui Lamim (PSD)** – Senhor Presidente, vamos fazer declaração de voto, mas faremos conjuntamente com a seguinte.

- 2. Saudação “45º Aniversário da Criação do Serviço Nacional de Saúde” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 votos contra do PPD/PSD.

**Rui Lamim (PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Declaração de voto que serve para estas duas saudações sobre os 45 anos do Serviço Nacional de Saúde.*

*Nós concordamos com os últimos parágrafos, que são os parágrafos deliberativos de saudar a criação, de saudar os profissionais, exigir a valorização dos mesmos, mas os considerandos destas duas saudações são de ordem ideologicamente marcados, referem a versão da 1ª Constituição, a Constituição de 76, e ignoram, de todo, aquela componente do nosso serviço de saúde, que é a parte social. Portanto, não é possível continuar a olhar para aquilo que é a saúde em Portugal só deste ponto de vista. Não!"*

**3. Saudação “21 de Setembro – Dia Internacional da PAZ” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Flávio Lança (IL)** – A Iniciativa Liberal apoia a paz como um valor essencial, não podemos deixar de notar a parcialidade desta saudação nos seus considerandos. O texto enfatiza apenas alguns conflitos, como o da Palestina e do Líbano, enquanto utiliza uma linguagem moderada e vaga para descrever outros conflitos igualmente graves, como da Ucrânia, onde a agressão russa continua a causar destruição massiva e a violar os direitos humanos.

É importante que ao falar da paz se promova uma visão ampla e imparcial, que inclua a solidariedade com todos os povos que sofrem as consequências de guerras e conflitos.

Se esta saudação incluísse um reconhecimento claro ao sofrimento do povo ucraniano e do Sudão, entre outros, seria mais coerente e justa. A paz no mundo exige imparcialidade e solidariedade com todos os povos da Palestina à Ucrânia e ao Sudão. Estamos perante uma versão parcial e tendenciosa. Por estas razões não podemos apoiar esta saudação, tal como está formulada, e pedíamos aos proponentes se estão na disposição de votar ponto a ponto.

**Vítor Rosa (BE)** – Só para dizer que acompanhamos, mas falta nesta saudação a condenação da invasão da Ucrânia e tem de haver coerência na condenação de certos terrorismos de Estado, condenando uns e deixando de fora outros.

**Maria João Palma (PS)** – Subscrevemos na íntegra a intervenção do deputado municipal Vítor Rosa do Bloco de Esquerda.

**Presidente da Mesa** – Há uma sugestão de votação ponto a ponto, a CDU quer dizer alguma coisa sobre isto?

**Simão Calixto (CDU)** – Senhor Presidente, não nos opomos à votação ponto a ponto, neste caso alínea a alínea.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do PPD/PSD.

**Votação:**

a) Aprovada por unanimidade e em minuta.

b) Aprovada por unanimidade e em minuta.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do PPD/PSD.

c) Aprovada por unanimidade e em minuta.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do PPD/PSD.

- d) Aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PS e 1 do BE, 8 votos contra, 5 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, e uma abstenção do PAN.
- e) Aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PS e 1 do BE, 8 votos contra, 5 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, e uma abstenção do PAN.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do PPD/PSD.

- f) Aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 17 da CDU, 7 do PS, 5 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 2 votos contra do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada na sua globalidade por maioria e em minuta, com 25 votos a favor, 17 da CDU, 7 do PS e 1 do BE, 8 votos contra, 5 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, e uma abstenção do PAN.

**Rui Lamim (PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Mais uma vez nesta Assembleia são apresentados textos pela paz. Todos nós somos pela paz no mundo, que não haja dúvidas, mas referindo-se a um conflito atual, esquecendo sempre outros, como o Líbano, o Iémen ou o Sudão e procuram a subscrição de posições de alguma das partes nessa guerra.*

*Concordamos com a frase que está aqui escrita e cito: “constrói-se continuamente caminho para o assegurar de uma pacífica vivência comum, resistindo a todas as tentativas de transplantar, para o nosso território, conflitos que terminantemente condenamos e rejeitamos.”. Concordamos, mas é mesmo isso que esta saudação pretende fazer, transplantar para o nosso território conflitos, pelo que não a podemos subscrever.”*

**Luís Maurício (CH)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O partido CHEGA sempre foi um partido a favor da paz, mas ver a CDU fazer uma saudação pela paz, demonstra o desnorte deste partido, um partido que apoia Nicolás Maduro, apesar de o próprio Partido Comunista dizer ser contra o seu Governo, e um partido que não consegue condenar o Presidente Putin, um partido que não consegue condenar a invasão à Ucrânia, além disso, um partido que durante o discurso do Presidente Zelensky abandona a Assembleia da República em protesto, agora, ironicamente faz uma saudação ao Dia Internacional da Paz. Parabéns, CDU, estão no seu melhor.”*

**4. Saudação “Pelo Pablo Pichardo” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões oito Deputados Municipais, um da CDU, quatro do PS, dois do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**5. Voto de Louvor “Aos Bombeiros e Agentes da Proteção Civil e Populares pelo Combate aos Incêndios” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões seis Deputados Municipais, três do PS, dois do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de louvor aprovado por unanimidade e em minuta.

**6. Voto de Pesar “Pelas Vítimas dos Incêndios em Portugal” (PAN) (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões sete Deputados Municipais, um da CDU, três do PS, dois do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

**7. Voto de Pesar e Louvor “Às vítimas dos incêndios em Portugal e aos que combateram este flagelo” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões sete Deputados Municipais, um da CDU, três do PS, dois do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar e louvor aprovado por unanimidade e em minuta.

**8. Voto de Pesar “Pelo falecimento de Bombeiros e Vítimas dos Incêndios de setembro de 2024” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões seis Deputados Municipais, três do PS, dois do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em honra dos falecidos.

**C – PERIODO DA ORDEM DO DIA**

**Presidente da Mesa** – Antes de entrarmos nos assuntos agendados, temos de tomar uma decisão em relação à proposta de recomendação que o CHEGA apresentou sobre uma nova constituição de uma Comissão Eventual para Acompanhar a Comenda, a qual teve uma interpretação por parte da Mesa que, considerando que ela veio fora do prazo legal estipulado para a elaboração da Ordem de Trabalhos, como recomendação, ela, de facto, não apresentou nem fundamentos e nem âmbito que justificassem. Não sendo proposta era uma recomendação, uma recomendação contra uma deliberação que tinha de ser revogado uma deliberação anterior da Assembleia e a única solução que restava para apreciar era, perante a atitude do Presidente da Mesa e o recurso que o CHEGA fez sobre a decisão, deixar ao plenário a decisão de 2 terços sobre se há a urgência que a lei prevê.

Se considerar haver a urgência de incluir e fazer, também, a discussão e a votação sobre uma proposta que não consta da Ordem de Trabalhos, que é a reconstituição da Herdade da Comenda para fazer as funções que estão agora cometidas à Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal. Portanto, essa consideração de urgência do assunto fica agora à consideração do plenário para admissão ou não desta proposta no debate e na votação.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Recordo que quando foi a apresentação do requerimento ou proposta, como se entender, que o PS fez em finais de 2021, ficou a dúvida, porque não pareceu muito claro aquele artigo 52 do Regimento relativamente se era proposta, se era requerimento, porque, a certa altura, fala em requerimento e proposta no mesmo número e creio que, na altura o assunto...

**Presidente da Mesa** – Peço desculpa. Leu as justificações?

**Ilídio Ferreira (PS)** – Sim, sim, li! Recordo-me que na altura, inclusivamente, foi falado com o Sr. Presidente sobre a melhor forma de apresentação. Julgo que a proposta do CHEGA, eu entendo-a como uma proposta, a questão é se ela foi ou não extemporânea na sua apresentação, se cumpriu ou não com aquele que é o prazo, o CHEGA é que saberá, porque eu não sei quando foi entregue a proposta e daí ser necessário ou não os dois terços para a sua aceitação.

Isto relativamente ao aspeto formal, relativamente ao aspeto substancial, nós concordamos com a proposta, porque o nosso entendimento é de que, sem prejuízo do trabalho que a Comissão de Ambiente fez, a verdade é que olhando para aquilo que é súmula que recebemos e que foi enviada e a súmula na altura em que a Comissão Eventual acabou os seus trabalhos, verifica-se que tem havido muito menor produção da Câmara no que diz respeito ao processo da Quinta da Comenda. É verdade que alguns processos estão em tribunal e, portanto, não depende da Câmara o seu próprio desenvolvimento.

A verdade é que uma Comissão Eventual só trata de um determinado assunto e terá outra capacidade de influência, digamos assim, de pressão que admito que a Comissão de Ambiente não tenha. No nosso entender, julgamos que, para este último ano de mandato, fazia sentido voltar a haver uma Comissão Eventual sobre a questão da Comenda, era uma forma de a Assembleia Municipal valorizar um assunto tão importante para a Câmara e para o concelho.

**Simão Calixto (CDU)** – Sobre este assunto, nós estamos de acordo com a interpretação que a Mesa faz em relação aos termos do Regimento e da legalidade desta questão e em termos do nosso trabalho, a bancada da CDU entende que não se justifica criar mais uma Comissão e que a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal tem todas as condições, todas as competências e que queira desenvolver esse trabalho para o fazer. Por isso não vemos necessidade, do ponto de vista da Assembleia, criar mais uma Comissão para tratar de um assunto que já foi bem tratado no passado e que no relatório que fizemos uma das deliberações era precisamente esta de que a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal continuasse a acompanhar e que acho que deve fazer, porque para além do desgaste dos eleitos, também é um custo para o erário público e acho que, também, temos que considerar nesse sentido.

**Luís Maurício (CH)** – Nós não quisemos desvalorizar o trabalho da CABEA e a senhora vereadora sabe, porque as várias vezes que estive com ela questionei-a como é que estava a situação da Comenda. A questão da Comenda é uma situação de extrema importância para todos os setubalenses e, como hoje disse e bem, estão muitos assuntos em tribunal, mas uma Comissão que estava a trabalhar tão bem, tão sincronizada e a produzir tanto trabalho, achámos por bem que ela fosse até ao fim do mandato. Porque a Comenda é algo que todos os setubalenses e azeitonenses têm interesse, é um assunto muito importante. Houve problemas e situações que não foram bem explicados até hoje e essas dúvidas com que todos ficámos gostávamos que fossem resolvidas.

Não estamos contra o trabalho da CABEA e quem lá está, porque estão a fazer um excelente trabalho, mas têm muitas pastas numa Comissão só e simplesmente achamos que devia ser até ao fim deste mandato a existência de nova Comissão. Por ser o partido CHEGA a apresentar, não quer dizer que sejamos nós a ser o Presidente da Comissão, nem estamos interessados nisso, se tivermos de ser, somos, se não tivermos de ser, não somos, o que nos interessa é saber o ponto de situação da Comenda, é trabalharmos pelo assunto Comenda e é esclarecer, porque todos os nossos leitores nos perguntam como está a situação da Comenda e é simplesmente para esclarecer todos os nossos leitores.

**Vítor Rosa (BE)** – De facto, tenho aqui algumas dificuldades, não é à criação de comissões eventuais, porque votamos sempre a favor da criação de comissões eventuais. Acho que há aqui um princípio que tem atravessado no anterior mandato e que neste, também, se manteve que é a falta de comunicação da parte da Câmara relativamente às comissões e que deriva este atraso e esta nossa necessidade de ter respostas muito mais urgentes do que aquilo que tem acontecido ao longo do mandato anterior e agora também durante este mandato.

A minha dúvida prende-se com outra situação, é que foi colocada nesta Assembleia e foi votado a favor e não houve oposição quando se entendeu que a CABEA podia tomar conta deste assunto. A minha dúvida é, em termos daquilo que é o regulamento, se na Assembleia ou na Comissão foi aprovado por maioria ou por unanimidade a passagem desta informação sobre a questão da Comenda para a CABEA e se agora nós aqui invertemos toda esta situação. É a minha dúvida, mas quanto à criação de qualquer Comissão Eventual não tenho nada a opor se for esse o entendimento. Agora, a minha dúvida é do ponto de vista do procedimento, uma vez que já veio a esta Assembleia uma posição sobre parar com a Comissão Eventual, que foi proposta pelo PS e que foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia, depois foi remetido para a CABEA a continuação de acompanhamento desta situação. É a minha dúvida, até do ponto de vista do regimento, se não estamos aqui agora a inverter ou a passar por cima de uma decisão desta mesma Assembleia.

**Rui Lamim (PSD)** – Sim, efetivamente o percurso histórico tem sido esse, esta Assembleia decidiu criar uma Comissão Eventual para tratar do assunto da Comenda, tinha um prazo temporal, esse prazo foi cumprido, o relatório foi apresentado aqui a esta Assembleia, foi votado e a Comissão de Ambiente foi mandatada para fazer o acompanhamento de todas as situações que diziam respeito à Comenda.

Existe até um documento, que é um documento recorrente, que se chama súmula, onde são indicados os passos e os desenvolvimentos dos vários pontos relativos ao tema Comenda e que é tratado e analisado na Comissão de Ambiente.

Este assunto de retirar, digamos, esta competência que delegamos na Comissão de Ambiente, para criar uma Comissão à parte devia de ter, provavelmente, sido discutida dentro da Comissão de Ambiente, porque não funciona ou funciona bem demais ou é necessário mais qualquer coisa. Essa discussão devia ter sido feita nesse Fórum antes de ter vindo aqui, penso eu. De qualquer forma, não sei se o Sr. Presidente poderá querer dizer qualquer coisa, mas fomos surpreendidos com esta atitude, não compreendemos bem o interesse ou a motivação, se bem que o assunto em si merece interesse e nós estamos atentos às suas evoluções.

**Luís Maurício (CH)** – Só para responder ao senhor deputado Rui, eu próprio conversei com o Rui que não estava a funcionar bem, porque o executivo não estava a responder, estávamos a ficar sem respostas durante muito e muito tempo e ficamos sem sabermos o que se passa com a Comenda.

Foi numa reunião da CABEA sobre outro assunto é que eu fiz perguntas à senhora vereadora porque, infelizmente, o executivo não responde.

Mais uma vez digo isto e disse ao Rui, não tem nada a ver com quem está à frente da CABEA, tem a ver é que o executivo não responde, não fala, não diz nada sobre a Comenda e nós pouco sabemos.

**Isabel Conde (PSD)** – Este assunto é demasiado sério e em nome da Comissão, neste momento, cumpre-me agradecer a resposta que o executivo nos fez chegar, será agendada, se o Sr. Presidente assim o entender e der autorização, porque é assim que está no regimento, uma reunião de trabalho para analisarmos os dados. É com muito espanto e estranheza que percebo que há aqui uma articulação, parece que com alguém do PSD e do CHEGA, para além disso, ainda com mais estranheza ouvir o que estou a ouvir e apercebi-me desse requerimento, porque qualquer pessoa pode falar e deve-o fazer dentro da Comissão primeiro e há espaço para isso.

Nunca, por nenhum elemento foi dito que se tinha de se discutir, nestes dias, dentro da Comissão a Comenda, nunca o partido CHEGA fez chegar alguma proposta de trabalho, nunca nenhum outro elemento fez qualquer crítica interna relativamente à necessidade de se trabalhar este tema ou outro.



É importante dizer que todos nós colaboramos, todos os elementos são ouvidos, agora que digam no sítio próprio e que se trabalhe no sítio próprio.

Criar-se novas comissões, não temos nada contra, são essenciais, mas é importante que alguém faça propostas para melhorar relatórios, propostas de outro tipo de trabalho e contributos, porque temos uma que circula entre todos os elementos e sabemos as propostas que vêm, todos temos conhecimento ali dentro das propostas que têm vindo, das críticas que têm vindo.

Em relação a esta matéria, eu só coordeno, sou mais um elemento como outro qualquer, mas é com espanto que vejo, porque não houve nenhum contributo destes até agora. A outra Comissão Eventual, nada a opor.

**Maria João Palma (PS)** – Só para relembrar toda a Assembleia que as únicas pessoas que estão na CABEA e que não faziam parte da comissão inicial, sou eu e a doutora Isabel, portanto, todos os outros elementos transitaram diretamente e faziam parte da Comissão Eventual de Acompanhamento.

Não me oponho, tal como o camarada Ilídio disse, relativamente à criação da Comissão, não pelas razões que foram invocadas pelo partido CHEGA, mas pela razão que nós, enquanto CABEA, acumulamos uma série grande de outros projetos que estamos a acompanhar e outras situações que estamos a acompanhar e apenas numa circunstância de retirar peso ao trabalho da CABEA, mas com tudo o resto não posso concordar, de todo, com os argumentos utilizados pelo deputado Maurício.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Em primeiro lugar, em relação à questão levantada pelo Vítor Rosa, nada impede que a Assembleia Municipal delibere em contrário daquilo que deliberou há uns meses atrás, que foi a CABEA continuar a acompanhar a questão da Comenda. Nada impede que haja uma deliberação em contrário e volte novamente para a Comissão Eventual.

Segunda questão, julgo que é importante dizer que quando, em fevereiro, aprovámos aqui o relatório elaborado pela Comissão Eventual, uma das recomendações que a Comissão fez, e que foi aprovado pela Assembleia e que não foi cumprido por parte do executivo, foi que fossem enviado periodicamente (não sei se dizia mensalmente ou se periodicamente, não tenho aqui o documento) para todos os membros da Assembleia a súmula atualizada. A verdade é que se essa súmula tem sido enviada para a CABEA, ela não tem chegado aos deputados municipais, aos membros da Assembleia.

Ah, só chegou agora, então se só chegou agora, estão-me a dizer que durante todos estes meses que o assunto está com a CABEA, só agora é que tiveram a informação, é isso? É que se foi assim, acho que não está a ser convenientemente realizado aquilo que seriam as expectativas, pelo menos, que eu tinha do trabalho da CABEA.

Eu manifestei vontade de fazer parte da CABEA, no que diz respeito às matérias relacionadas com a Herdade da Comenda, fui convocado para uma reunião logo após a passagem do testemunho, digamos assim, e posteriormente nunca mais tive informação sobre reunião nenhuma da CABEA relacionado com essa matéria. Pelo menos, eu não recebi essa informação, o que significa, em minha opinião, que, de facto, a informação não anda a fluir dentro do espírito que foi aprovado em fevereiro de 2023.

**Vítor Rosa (BE)** – Acho que, de forma a podermos sair todos de forma airosa deste processo, não sei e deixo à consideração da Assembleia e também do CHEGA em relação à proposta que hoje traz aqui, era que fosse marcada uma reunião da CABEA, uma vez que de todos os partidos estão representados nessa Comissão, e logo terão todas as condições internas e externas de estarem a par do que é discutido ou não, independentemente, de estar ou não o deputado “A” ou “B” naquela Comissão. Nós, partidos mais pequenos, temos a vantagem de participar em todas e estarmos a par de toda a informação, mas para mim o fundamental era tentarmos desatar aqui este nó e deixava a sugestão que a CABEA reunisse o mais rapidamente possível, analisasse esta situação no sentido se tem ou não condições para continuar a tomar conta deste assunto e, se assim for, de dar o seu aval a que seja aprovado nesta Assembleia, posteriormente, esta proposta ou recomendação do CHEGA para a criação, novamente, da Comissão Eventual de Acompanhamento dos Trabalhos da Herdade da Comenda. É a sugestão que deixo à Assembleia.



**Simão Calixto (CDU)** – Bem, acho que está aqui algum equívoco, a informação que vem da Câmara Municipal entra pela Mesa e a Mesa distribui para onde tem de distribuir e ela tem chegado aos deputados, portanto, acho que ninguém está a esconder nem a sonegar informação a ninguém, isto é claramente um equívoco. Depois, por outro lado, todos os eleitos que queiram participar em determinada reunião da Comissão recebem as informações, vão à Comissão e participam na discussão. Também não há aqui nenhum problema. Por último, eu acho que se isto está a dar tantas dúvidas, tanta questão, não sei se não é melhor discutirmos isto na Comissão Permanente e depois trazer novamente a questão mais apurada, porque estamos já aqui há 20 minutos ou mais a discutir um assunto que não creio que mereça, não o assunto da Comenda, mas o assunto da forma que se discute e que a Assembleia acompanha.

**Luís Maurício (CH)** – Concordo plenamente com o que o Vítor disse, acho que sim, acho que se devia marcar com a maior urgência uma reunião na CABEA, conversava-se lá e dentro dessa reunião decidia-se se fazia sentido fazer a tal comissão ou se fazia sentido continuar. Porque, volto outra vez, a dizer o que disse há pouco, não é pelo trabalho de quem está na CABEA, não é por quem está à frente, é por excesso de pastas, é por falta de informação do executivo e temos de pensar muito especificamente se vale ou não vale a pena. Por isso, da minha parte, eu concordo plenamente com o Vítor, marca-se uma reunião com a maior urgência, no tempo que for adequado e daí decide-se.

**Presidente da Mesa** – Então, o que está agora a valer, com a anuência dos autores da proposta, é baixar à Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal para a avaliar a situação.

**Vanessa Silva (CDU)** – O que está em cima da mesa nesta discussão, não é uma questão da Comissão de Ambiente, é uma questão de organização da Assembleia Municipal sobre quais são as suas comissões e, portanto, quem tem de discutir essa matéria é a Comissão Permanente e trazer uma proposta à Assembleia Municipal, não é a Comissão de Ambiente que dita quais são as comissões que se deve criar.

A Comissão de Ambiente, se alguém tivesse suscitado esta discussão lá, já teria discutido e, portanto, é uma questão de descer à Comissão de Ambiente, é uma questão de que os partidos têm todos assento na Comissão Permanente, as questões do regimento foram vistas na Comissão Permanente e é aí que se trata. E nem sequer estou a entrar na questão, porque é que o CHEGA está a propor esta questão aqui à Assembleia Municipal.

Primeiro, há uma questão neste discurso que, também, tem de se retirar daqui, que é as comissões da Assembleia Municipal não são órgãos fiscalizadores do executivo municipal, o órgão fiscalizador do executivo municipal é a Assembleia e, portanto, não há essa ligação direta entre as comissões e o executivo. Há aqui um equívoco qualquer sobre o funcionamento e a legislação em vigor.

**Presidente da Mesa** – Eu já me inscrevi três vezes para tentar esclarecer alguma coisa. Procurei nas respostas que dei ao CHEGA, de colocar a questão em todos os seus aspetos e o artigo 52 do Regimento pode não ser completamente elucidativo, mas dali se retira claramente, lendo todos os seus parágrafos, que há duas vias para a constituição de uma comissão. Uma, é a via que eu chamei de consensual, que é o tal do requerimento, que foi o que aconteceu com o Partido Socialista na primeira reunião ordinária deste mandato, em que nós seguindo o artigo 51 do Regimento anterior (agora o artigo 52), provamos que aquilo não entrou como um requerimento, apesar do título ser requerimento, e foi submetido à Comissão Permanente e por essa via se entendeu que devia ser feito uma proposta ao plenário e veio ao plenário como proposta/deliberação. É uma das vias, é a via consensual, requerer à Comissão Permanente, o Regimento é claro nisso, se houver um requerimento não é ao plenário, é à Comissão Permanente para ponderar se há fundamento para propor.

A outra, é aquela em que nós aqui chegámos, não tendo entrado a proposta a tempo e horas, temos que ver se o plenário admite a proposta e vota sim ou não para entrar na ordem de trabalhos e resolve a questão.

Porque é que considereei que não tem fundamento? Porque a única questão, e aqui foi repetida, que é levantada é a falta de informação. Ora, a informação que uma Comissão Eventual pode ter, nada diz que possa ser diferente a nível da informação que uma Comissão de Trabalho, já constituída, possa ter, o executivo não vai produzir mais ou menos informação, conforme se a Comissão seja Eventual ou seja uma Comissão de Trabalho permanente, não vai fazer isso.

Agora, é preciso compreender, em especial para o deputado Ilídio Ferreira, que este tipo de processos há medida que vão passando para instâncias judiciais, começam a ser mais morosos e a informação e as alterações no que acontece nos processos já não são assim tão frequentes, portanto, podem-se repetir o histórico, mas as coisas começam a tornar-se mais lentas. Quando há muitas coisas que estão nessa fase, naturalmente que não há afluência de informação tão regular como houve na altura em que o assunto estava a começar a ser tratado e a ser discutido e estava quente. Portanto, quer seja a Comissão Eventual, quer seja a Comissão de Ambiente, o que tem de se tratar é se é possível obter mais informação e mais regularmente e o problema não se resolve por haver Comissão Eventual ou não. Em todo o caso, postas as dúvidas e havendo diferença de entendimentos, é o plenário que decide, por isso trago aqui a possibilidade de admissão, nos termos que a lei prevê, não estando prevista na ordem do dia, porque a Mesa não a agendou e se, pelos tais 2 terços, entra ou não entra.

A questão da discussão à CABEA, também não é preciso extremar todas as posições, pode ser debatida na CABEA no sentido de ela própria, que é uma Comissão de Trabalho, tratar e fazer a informação para o plenário, não é um organismo autónomo, é apenas para preparar e, deve ser considerada como especializada, tratar os assuntos na especialidade e trazê-los à consideração do plenário, faz um trabalho preparatório para o plenário decidir, é essa a função das comissões. Pode a Comissão querer ponderar se não tem meios, se não é capaz de lidar com a informação que tem.

Quanto à contrariedade de uma deliberação anterior, é evidente que se esta proposta fosse aprovada, teria que revogar a deliberação que foi tomada a 28 de abril de 2023, quando se deu a incumbência à Comissão de Ambiente de continuar a acompanhar e, nessa altura, na sessão de 28 de abril, o que se deu foi que este assunto não deixava de ser acompanhado especificamente por uma Comissão e então entregou-se à Comissão de Ambiente.

Agora, se a situação se resolve com a constituição de uma nova Comissão, com quase a grande maioria dos mesmos elementos, não entendi que essa seja uma questão formal, não é uma questão de fundo e, portanto, está mesmo nas mãos do plenário decidir se admite esta proposta e se vai votá-la ou não se a admite, não se reunir os 2 terços, o assunto passa adiante.

Está entendido?

Na fase a que isto chegou, não tive outro recurso, se é uma proposta, contém deliberações no final, então vamos apreciar e se ela tem a maioria exigida e se se considerar que ela deva ser apreciada, será apreciada e entrará na discussão e na votação. Neste momento, a decisão da Mesa tem sido esta e eu mantenho-a, é uma proposta para ir a votação. O baixar à Comissão, não é preciso ser uma deliberação do plenário para baixar, qualquer membro da Comissão de Ambiente pode levantar a questão e discuti-la na Comissão de Ambiente e se entender produzir alguma recomendação ou algum relatório para o plenário, fá-lo-á especificamente em relação à Comenda.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Ó Sr. Presidente, custa-me limitar o papel da CABEA ou de outra Comissão qualquer, a mera correia de transmissão daquilo que o executivo manda quando quer e lhe apetece.

**Presidente da Mesa** – Ninguém disse isso, até agora ninguém disse isso.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Só se falou de informação.

**Presidente da Mesa** – Não! Não foi isso que eu disse. Trabalha e prepara...

**Ilídio Ferreira (PS)** – A bancada da CDU falou de transmitir informação. Aquilo que a Comissão Eventual fez foi muito mais do que meramente fazer transmissão da informação aos deputados que chegava do executivo. Aquela Comissão foi ao terreno, acompanhou as intervenções que eram feitas na Herdade da Comenda, fiscalizou, porque é competência da Assembleia Municipal e, obviamente, é competência das comissões por razão acrescida.

Qualquer membro da Assembleia Municipal tem como competência... Leia a legislação, qualquer membro tem como competência fiscalizar, até porque pode fazer requerimentos, não há forma mais evidente de fiscalizar que fazer requerimentos, ou pelo menos é uma das principais. Portanto, a proposta do CHEGA que tenho aqui à minha frente, não diz que a Comissão, que é proposta, que era mera correia de transmissão, diz: *“acompanhar as intervenções realizadas na Herdade da Comenda e acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal sobre esse assunto e informar periodicamente a Assembleia Municipal de forma detalhada, sobre a evolução do processo”*. Com todo o respeito pela CABEA, desde que passou para a CABEA a responsabilidade, não tive informação nenhuma neste plenário ou como deputado municipal do andamento do processo. Eu não tive, não sei se os outros deputados tiveram, eu não tive.

**Presidente da Mesa** – Este assunto não se pode eternizar e nós vamos ter de decidir e vamos decidi-lo da forma mais legítima possível, que é dando ao plenário a possibilidade de o decidir. Esta não pode ser agora já a decisão da Mesa, nos termos do artigo 50, n.º 2, do Regime Jurídico das Autarquias Locais que diz concretamente, tratando-se de sessão ordinária do órgão deliberativo e no caso de urgência reconhecida por 2 terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na Ordem do Dia.

Muito bem, se isto passar nestas condições, delibera-se sobre o assunto e constitui-se a Comissão ou não conforme a votação, se não deliberar, o assunto ficou prejudicado neste momento e depois se verá o que é que poderá acontecer.

Ponho à votação a admissão desta proposta na Ordem do Dia da sessão de hoje, a proposta do CHEGA sobre a criação de uma Comissão Eventual de acompanhamento das intervenções realizadas na Herdade da Comenda, o que significa, se não revoga explicitamente, pelo menos derroga a deliberação tomada anteriormente por esta Assembleia no dia no dia 28 de abril de 2023.

Não havendo mais intervenções, foi a inclusão da proposta de recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, 14 votos a favor, 9 do PS, 1 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do BE. (4 elementos do PPD/PSD estavam na sala, mas não votaram)

**1. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de junho, julho e agosto – 2024** (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Manuel Esteves (PS)** – Senhor Presidente, quero alertar para o assunto que já foi aqui focado nesta Assembleia pelo munícipe de Azeitão, as obras que foram prometidas pelo Sr. Presidente aos munícipes azeitonenses. Vou referir-me aqui ao auditório, ao multiusos, ao gimnodesportivo e ao Mercado de Azeitão. Perguntava e gostava que me dessem resposta, se já foi adjudicado alguma destas obras e se já há alguma data prevista para o efeito?

Depois quero, também, aqui lembrar, se isto não fosse bizarro era quase uma anedota, nós andamos aqui há 10 anos e até com algum consentimento e conhecimento da vereação do executivo e do Sr. Presidente, que a Estrada 379 ou a Rua 25 de Abril, era a estrada mais caótica que estava em Azeitão. Além de faltar o asfalto, tinha várias rachas por tudo o que é estrada dentro do comprimento onde, precisamente, fomos surpreendidos com uma intervenção das Estradas de Portugal na Estrada Nacional 10, que começa na rotunda do morango e vai terminar na rotunda de castanhos de Vila Fresca. O pavimento que estava em melhor estado e o pavimento que tem menos tráfego de camionagem do que tem aquela Estrada 379 ou Rua 25 de Abril.

Sei que já houve vontade da parte da senhora vereadora de entrar em contacto, está aqui numa ata, e que já entraram em contacto com as Estradas de Portugal para tomarem alguma iniciativa sobre isso. Agora, será que é desta vez que aquela rotunda fica concluída, porque é a única rotunda do concelho, quase que arriscava que era do distrito, desde o Torrão até Almada é a única rotunda que está por acabar no centro de Azeitão.

**Paula Soeiro (PSD)** – O grupo municipal do PPD/PSD não poderia deixar de expressar uma nota positiva por, finalmente, o Sr. Presidente dar resposta à alínea c), do n.º 2, do artigo 25 da Lei, 75/2013, que determina a realização e apreciação de uma informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do município. E percebemos que a sua apreciação é excessivamente adjetivada e até romanceada, respeitamo-la por ser a sua, mas é distinta da realidade que nós e a maioria dos munícipes percebemos. Lamentamos que esta atual forma não tenha ido pela mesma opção de melhorar as informações e que se resume, neste momento, a um conjunto de parágrafos que nada acrescentam em termos da informação efetiva sobre o estado da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do município.

**Simão Calixto (CDU)** – O que demonstra esta informação escrita do Presidente da Câmara Municipal é que, de facto, tivemos três meses muito importantes para o desenvolvimento do nosso concelho. Foram três meses em que se conseguiu consolidar investimentos muito significativos para o território, nomeadamente o Centro de Saúde da Bela Vista ou o Centro Escolar Barbosa do Bocage, que já estão em construção, ou ainda obras adjudicadas como o Centro Cultural de Brejos de Azeitão ou o Pavilhão Desportivo das Manteigadas, entre muitos outros, num valor que ascende a mais de 30 milhões de euros de investimento público neste território. Portanto, falamos aqui de desenvolvimento do nosso concelho.

Também não podíamos deixar de destacar um dado que aqui vem, nomeadamente no apoio ao Movimento Associativo com sedes de mais de 30 associações com apoios à construção e/ou à beneficiação, ainda com outros apoios que merecem destaque.

Vou aproveitar e responder ao senhor deputado Manuel Esteves, de facto, na última assembleia a CDU apresentou aqui uma moção que exigia a requalificação da Estrada Nacional 379 e da Estrada Nacional 10, até o senhor deputado Manuel Fernandes fez aqui um gozo com essa moção, mas a verdade é que ela foi aprovada por unanimidade, e temos confiança que ela chegou a bom porto. A requalificação da Estrada Nacional 10 é um passo, esperamos que a da 379 seja outro, mas que sejam as Estradas de Portugal, efetivamente, a assumir esse compromisso, uma vez que é deles, não é deste município, porque são estradas nacionais e que o Governo também gaste cá um dinheirinho, que não seja tudo a Câmara a pagar.

**Flávio Lança (IL)** – Uma análise ao relatório e que gostava de pedir aqui alguns esclarecimentos ao Sr. Presidente ou a quem o Sr. Presidente entenda ser mais competente para dar esses esclarecimentos.

Na página 6, da informação escrita, encontra-se aqui um conjunto de investimentos e valores de comparticipação, estranhei aqui ver alguns valores de comparticipação superiores àquilo que é o investimento total, nomeadamente no Bairro das Manteigadas e na Estrada Nacional 10, Setúbal/Mitrena. Relativamente a esta última da requalificação da Estrada Nacional 10, Setúbal/Mitrena, em 2022, 30/09, foi aberto um concurso procedimental em que alocava 1 milhão e 496 à requalificação da Mitrena. Aqui neste relatório escrito, temos um investimento total de 4,5 milhões, indica uma coparticipação de 4,7 e aquilo que eu questionava era que me esclarecesse que obra é que foi feita na Mitrena e como é que estes valores enquadram, porque não estou a perceber.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Contrariamente ao pessimismo do Sr. Presidente na sessão de 28 de junho, as receitas de impostos diretos continuam acima do ano anterior, com mais 6% até agosto. Preocupante é a continuação do aumento das dívidas a fornecedores, que eram 19,4 milhões de euros em agosto de 2023 e passaram para 28,5 milhões em agosto de 2024, mais 46%, com a agravante da maior parte ser passivo corrente.

As páginas da direção municipal do Sr. Presidente têm pouco de relatório de atividades, parecem antes textos de campanha eleitoral. A direção municipal apresenta um quadro com um conjunto de candidaturas a fundos comunitários, mas em relação aos processos judiciais em que o município é parte, refere o número e as fases em que se encontram, mas não quais os processos e as partes envolvidas, valores dos processos, etc., como solicitámos verbalmente na sessão da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2024.

O Sr. Presidente da Câmara continua a falar de elevados investimentos públicos e privados, mas não concretiza quais são os investimentos privados, criadores de mais emprego e mais riqueza. Compreende-se porquê. A sua antecessora propagandeou grandes investimentos privados, de entre os quais a Cidade do Conhecimento, marinas e hotéis, empresas industriais e de serviços, dentro, nomeadamente, do Parque das Pontes, que não se concretizaram.

Senhor Presidente, não quero correr esse risco de dizer quais são os investimentos e depois, eles não se concretizarem, fala em valores quase astronómicos, já vi nos jornais, 2,2 mil milhões de euros, 3 mil milhões de euros, etc. É que não vemos onde estão os investimentos privados na dimensão e valor que o Sr. Presidente anuncia. Não serão, a maior parte deles, meras intenções manifestadas por privados nas reuniões com a Câmara apenas para impressionar? Os deputados municipais gostavam de conhecer, e têm direito de conhecer, quais os investimentos privados de que o Sr. Presidente fala e o que temos visto até aqui, como diz o povo, é muita parra e pouca uva.

**Alexandre Teles (PSD)** – Vou ser muito breve, vou falar só aqui de uma questão de números, que já aqui o deputado Ilídio também falou, mas eu vou rebater, porque é a mesma questão. Reduziu-se impostos, mas o valor em impostos, taxas, multas e outras penalidades têm aumentado em relação ao período homólogo do ano passado. Também temos um aumento de 2 mil milhões em despesas com o pessoal, possivelmente aumentos, ou reforço dos quadros do município. Existe um aumento de 9 milhões relativamente ao período homólogo de dívidas a fornecedores e este valor já é de 28 milhões. Qual é o motivo de deixar mais para trás este pagamento aos fornecedores?

Também friso aqui, conforme o relatório, neste momento existe um saldo negativo de 15 milhões de euros, mais 10 milhões no período homólogo de 2023. A continuar assim, vamos chegar ao final do ano com -30 milhões, possivelmente. Com estes pequenos apontamentos, será que no final do mandato será um desgoverno total das contas do município? Possivelmente será.

Também friso que é uma grande preocupação da bancada do PSD e que nós apresentámos um requerimento ao Presidente da Assembleia, devido aos valores e maturidade dos empréstimos bancários, designação dos investimentos associados e justificativos, taxa de percentagem de execução verificados em cada obra, ou o investimento dos empréstimos ativados descritos nas situações com as justificações das razões de não ativação do empréstimo bancário ou o estado de execução dos investimentos previstos. Ficamos a aguardar estas respostas, o mais breve possível.

**Afonso Luz (CDU)** – Sobre as questões que aqui vêm no relatório, gostaria, para além de salientar e de saudar a quantidade de investimento que está aqui a ser alvo de candidaturas, sobre a informação financeira e sobre uma questão que já foi tratada hoje aqui nesta Assembleia.

Olhando para a execução orçamental, verificamos que transferências correntes, de valores recebidos diretamente do Estado, temos mais 1 milhão e 70 mil euros do que em 2023. Isto, proveniente das transferências de competências que foram feitas para o município. Ora, depois, o que verificarmos no lado da despesa, é que só em pessoal a diferença de um ano para o outro, nos 8 meses que estão aqui em análise, foi de 2 milhões, e, também, nos gastos com transferências correntes da autarquia, provenientes essencialmente da transferência das questões relativas com a ação social, também temos aqui mais 1 milhão de euros.

É evidente que quando temos aumentos com pessoal de 2 milhões e aumentos de transferências correntes de um milhão, o milhão, que nos é enviado das transferências, não dá para isto. Isto acaba por se refletir nas dívidas do passivo no geral, nas dívidas a fornecedores e também na dificuldade da execução de investimentos, pelo menos, com a celeridade que se pretendia.



Isto é o resultado de tudo o que de errado tem sido feito, em termos de transferência de competências, e não só, mas em especial na educação e na ação social, então, tem sido um desastre.

Isto não é um problema apenas do Município de Setúbal, é um problema de todos os municípios, mas aqui, com a situação que já existia as coisas agravaram-se. Como é que isto se vai resolver se, entretanto, não houver alteração desta questão das transferências?

Pelo menos, que o Estado envie os meios necessários para que as câmaras não vejam a sua capacidade financeira entrar em grandes dificuldades.

**António Costa Ferreira (PSD)** – Na página 15 e 16, que tem a ver com o Departamento de Obras Municipais, a forma como é abordada a informação e é descritiva, não se tira conclusões, a informação é muito imprecisa e depois estende-se de uma maneira que cabe tudo. Cito, por exemplo, no período aos três meses, diz que se contam, entre outros, o Bairro 25 de Abril, o que é que fizeram no Bairro 25 de Abril? Que intervenções? Foi pavimentação? Foi melhorias? Quer dizer, há aqui coisas que dá a sensação de que não foram lidas por quem escreveu, para a mensagem não passar. Assim como, também, só para meu espanto, o acompanhamento que fazem das obras deve ser de fiscalização e controlo das mesmas e não acompanhamento e citam aqui ao pormenor um almoço-convívio de moradores, empreiteiros e fiscalização. Isto é um bocado surreal, não é uma informação da atividade e que dá a sensação de que isto não foi lido por quem devia ter sido antes de ser divulgado. Era só este reparo.

**Rui Lamim (PSD)** – Fizeram uma pergunta acerca do transporte de gasóleo de Poçoilos para a Junta de Freguesia de Gâmbia, e eu fui ao relatório e antes o relatório tinha um conjunto gigantesco de dados e agora, como já foi aqui dito várias vezes, é um bocado literário e tem informação que é superficial. Nós passámos de um extremo para o outro.

Mas relativamente ao transporte de gasóleo, a pergunta que me fizeram tinha a ver com as condições de transporte do mesmo e se os funcionários que fazem esse transporte de combustível se têm formação específica e necessária para esse trabalho e se os carros têm, efetivamente, os extintores, a sinalização, etc., porque isto tem um conjunto grande de regras. Eu não sei, não soube responder, tentei procurar no relatório e não encontrei essa informação. De qualquer forma, fica aqui o alerta para esta situação e hei de falar mais um pouco com o Luís Custódio sobre esse assunto.

**Manuel Fernandes (PS)** – No relatório de atividades do último trimestre, a CDU na Câmara de Setúbal assume uma posição que pode ser entendida como posição política, mas é uma posição que consta no relatório e que diz o seguinte: *“A captação de fundos comunitários por parte de uma autarquia é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, melhorar a qualidade de vida da população e impulsionar projetos estratégicos.”* *“Outra razão importante para que as autarquias captem estes fundos é o impacto direto na economia local.”* É a citação que vem mencionada no relatório.

Num quiz de perguntas e respostas no site da CDU em suporte à candidatura às europeias, encontramos uma visão da CDU completamente distinta relativamente a esta matéria. A pergunta que lá está, no quiz: É verdade que foram os fundos comunitários que permitiram desenvolver o país? Resposta do quiz: Falso! Os fundos comunitários não são, nem nunca foram uma qualquer benesse, sempre foram uma forma de compensação pelos impactos negativos que o mercado comum e mais tarde o mercado único e o euro teriam inevitavelmente em Portugal. Portanto, das duas, uma, ou os autarcas da Câmara de Setúbal se revêm na posição do relatório ou se revêm na posição do partido, as duas coisas é que é difícil.

Estas afirmações levam-me a perguntar se as imagens que vimos na televisão de vários autarcas da CDU do nosso concelho, que acompanharam o candidato João Oliveira em Setúbal, se efetivamente querem um investimento da União Europeia para Setúbal ou se necessariamente vão ter de seguir o caminho de outros e abandonar essa força política para aderir a algum movimento que o permita afastar-se das posições da CDU. Compreendo.



Senhor Presidente, sei que muitos em Setúbal já não o ouvem, mas nas funções que me foram confiadas pelos setubalenses e azeitonenses eu continuo a ouvi-lo. E eu ouvi com atenção o seu discurso na tomada de posse, em 2021, ouvi-o no dia da cidade, no ano passado em 2023, e voltei a ouvi-lo no dia da cidade deste ano. Quando vossa Excelência elencou as obras no discurso deste ano, repetiu as do ano passado e até parte das obras da sua tomada de posse, Sr. Presidente, foi lapso ou é Vossa Excelência a assumir incapacidade de realização?

É que voltou a falar no Centro Escolar Barbosa do Bocage pela terceira vez, nova Escola da Quinta da Amizade pela terceira vez, futuro auditório de Brejos de Azeitão pela terceira vez, recuperação da Casa Luísa Todí, novo pavilhão das Manteigadas, Campo das Pedreiras, melhorias dos parques verdes, Várzea e Bela Vista, entre muitas outras, o Sr. Presidente está constantemente a repetir ano após ano estas mesmas obras. É lapso ou é demonstração de incapacidade de realização?

E uma vez mais, o Sr. Presidente se afastou da CDU, desta vez fê-lo de forma mais direta ainda, Vossa Excelência quis a todo o custo afastar-se dos anteriores mandatos da CDU, e passo a citá-lo Sr. Presidente, *“Estamos a atravessar uma era de ouro (acrescento eu, seja lá isso o que significa), o valor do investimento municipal de 30 milhões, no mandato, é superior a qualquer outro mandato anterior da CDU.”* O Sr. Presidente está desconfortável com os anteriores mandatos da CDU e pretende afastar-se a todo o custo ou está apenas a assumir que os anteriores mandatos não tiveram a sua capacidade de realização?

**Presidente da Câmara** – Senhoras e senhores deputados, obrigado pelas questões que colocaram e que, dentro do tempo que tenho, certamente terei oportunidade de esclarecer pelo menos algumas das questões que aqui foram colocadas.

Quero começar ali pelo senhor deputado Manuel Esteves, que anda muito incomodado com o facto de nós anunciarmos um conjunto de investimentos significativos para Azeitão, quando ainda numa última sessão da Assembleia Municipal teve aqui uma intervenção idêntica à daquele munícipe que veio intervir hoje no período do público. Encetou que em Azeitão este executivo não fez lá nada, nem estava previsto fazer nada, qualquer coisa assim do género. Eu nem sequer dei resposta, como o senhor certamente se lembra. Tenho-o em boa consideração pela avaliação e sentido crítico e muitas vezes muito positivo na chamada de atenção para algumas questões que não estão a correr bem e que era importante correrem bem. Agora, com algumas intervenções, senhor deputado, as pessoas que fazem essa avaliação com regularidade e ao longo dos anos, porque eu estou a dizer aquilo que sei, em determinada altura chegam aqui e têm declarações como aquela que o senhor fez e, creio, que foi na intervenção da última Assembleia Municipal, e não teve resposta.

Mas sobre essa sua preocupação, quero-lhe dizer senhor deputado, que relativamente ao auditório e ao mercado foram adjudicadas as obras. Não lhe sei dizer agora, exatamente os prazos, mas poderei dizer-lhe quando tiver os documentos, mas na proposta de adjudicação estão lá os prazos da realização da obra e as obras vão avançar.

O senhor sabe muito bem que não são apenas estas as obras que nós fazemos em Azeitão, já disse aqui que nós temos uma orientação que já vem de há longos anos e em média, uns anos provavelmente pouco menos e outros anos um pouco mais, temos 1 milhão de euros para investir em Azeitão em todo um conjunto de requalificação de estradas que, quando nós aqui chegámos, como o senhor muito bem sabe, eram 200 e tal caminhos de terra batida e que têm vindo a ser pavimentados, têm-se feito passeios e colocação de água e saneamento em todos aqueles arruamentos.

Creio que isto é um investimento enorme, neste momento nem sei avaliar qual é o valor global daquele investimento ao longo destes 20 anos. Agora, como é normal, é que ainda faltam umas 10 ou 12 ruas para pavimentar e que as populações que vivem ainda nessas ruas, naturalmente, que têm todo o direito em reclamar que a Câmara Municipal faça as obras. Não se pode é dizer que a Câmara Municipal, ao longo destes 20 anos, não fez ali investimento de valor. Não sei no momento indicar, mas se avaliarmos bem esta orientação que temos desde há largos anos de que, em média, há um investimento geral de cerca de 1 milhão de euros por ano, e isso eu posso garantir, para além de todas as outras obras que nós lá intervirmos. Por exemplo, o caso dos parques verdes urbanos que fizemos lá, veja de quanto valor é que estamos a falar.

Azeitão teve investimentos muito significativos e o senhor sabe muito bem disso e nós lamentamos ainda não termos conseguido resolver muitos daqueles problemas, designadamente, no que diz respeito aos arruamentos. Lamentamos ainda não termos conseguido chegar aí.

Relativamente à questão da Estrada 379, ou Rua 25 de Abril, em tempos já disse ao senhor, porque já tinha levantado esta questão, e há cerca de um ano ou mais, talvez, tivemos uma reunião com o Sr. Presidente das Infraestruturas de Portugal e quando colocamos esta questão a resposta foi que não estava nas prioridades das Infraestruturas de Portugal a realização daquela requalificação.

Dizer-lhe que os três Presidentes das Câmaras de Palmela, Setúbal e Sesimbra, escrevemos uma carta ao Sr. Presidente a dizer que toda aquela estrada, que vem de Sesimbra, Setúbal e Palmela, precisa urgentemente de ser intervencionada. Devo-lhe dizer até, que fui surpreendido há dias quando ia para casa ao ver as máquinas a fazer aquela intervenção na Nacional 10, que também não estava nas prioridades do Sr. Presidente. Algo se passou, mas esperemos também, que aquele trabalho continue para a Estrada 379, pelo menos ali em Azeitão. Se não for assim, naturalmente que o Sr. Presidente das Infraestruturas de Portugal vai ter de continuar a receber comunicações por parte das Câmaras, neste caso se for só aquele troço, da Câmara Municipal de Setúbal.

Da nossa parte, se a situação se continuar a agravar, como nós verificamos, até poderemos vir a tomar outras iniciativas, porque as populações têm direitos e aquela intervenção é um direito que têm, até porque se trata de uma Estrada Nacional, como se sabe. Com o historial na relação com as Estradas de Portugal ou com as Infraestruturas de Portugal, é que nós fizemos várias propostas e até a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia tivemos três anos à espera da aprovação do projeto para fazer aquela ciclovia. Não se pode dizer que a Câmara Municipal está alheada daqueles problemas, nós conhecemos e sabemos como é.

Era importante que as instituições ou as entidades que têm responsabilidades nas estradas, nas acessibilidades as assumissem.

Senhor deputado não tenho tempo para me alongar mais, mas poderemos um dia destes continuar a falar sobre este assunto, porque há outras matérias com as quais nós estamos muito preocupados, como uma certa dificuldade em entrar e sair em Azeitão, mas ficará para outra oportunidade.

Alguns deputados criticaram o relatório, mas quando nós fizemos uma alteração ao relatório ouvimos aqui algumas intervenções a salientar a alteração e a congratularem-se, pelo facto, de finalmente termos um documento que é de fácil leitura e agora fizeram várias críticas ao relatório. Sinceramente, os relatórios são feitos pelos responsáveis dos departamentos e, eventualmente, pode haver aqui algumas questões que precisam de serem melhor vistas, terei isso em consideração e agradeço a chamada de atenção. A questão é que, na última sessão, quando foi apresentado o relatório, vários senhores deputados se manifestaram dizendo que, finalmente, se tinha feito aqui um avanço relativamente à situação anterior. Não estou a dizer que este é o relatório ideal, não é isso, estou a dizer que se melhorou.

Quanto ao senhor deputado Flávio Lança, relativamente à Estrada Nacional 10-4, não sei comparar aqueles dados que estão ali, mas o que eu sei dizer é que a Estrada Nacional 10-4 tem um financiamento e ainda falta saber de onde é que vêm os últimos 2 milhões de euros que nos foram prometidos e que na mudança do Governo se perderam nalgum circuito. Estamos à espera e temos esperança de que os últimos 2 milhões cheguem para a Câmara Municipal. Naturalmente, que existem documentos a dizer que aqueles 2 milhões hão de chegar, mas estamos a falar de 4 e tal milhões de euros, não sei agora fazer aquela avaliação, se têm ali outras questões que os serviços na contabilidade saberão.

O senhor deputado Ilídio Ferreira já anda por aqui há muitos anos e percebo bem a forma como coloca as questões. Senhor deputado, como muito bem sabe, não sou eu que vou divulgar o nome das empresas e dos investidores, eles vão saindo na comunicação social em avulso, etc., mas o que lhe posso garantir é que estes projetos estão em desenvolvimento no Departamento de Urbanismo, isso posso-lhe garantir. O senhor acredita se quiser, se não quiser, não acredita. Agora, alguns dos números maiores saem na comunicação social, como deve compreender, e o senhor já teve a responsabilidade, não a que eu hoje tenho, mas exatamente a da área do urbanismo e sabe o que é que isto significa.

Alguém disse que reduziram os impostos, mas que afinal continuavam a crescer. O senhor deputado da Iniciativa Liberal, creio, disse que era preciso ver o valor dos impostos que continuam a crescer, mas comparem com o valor dos custos.

Alguém questionou, como é que aumenta tanto o custo com os trabalhadores, nós recebemos 536 novos trabalhadores na Câmara Municipal, foi necessário fazer uma revolução na área da educação, passámos de uma divisão para um departamento e mais de 30% destes trabalhadores não estão ao serviço. Não estando ao serviço, a Câmara Municipal teve de fazer um concurso e ainda agora entraram 28 novos trabalhadores à custa da Câmara Municipal.

O Ministério transferiu aqueles trabalhadores e eles estão a receber e estão lá registados, eles não estão é nas escolas e nós tivemos de fazer o esforço exatamente para que as escolas continuem a ter as condições de segurança, de estabilidade, de bem-estar das nossas crianças. São apenas só 2 ou 3 exemplos para não ir mais além.

O senhor deputado Manuel Fernandes fez aí umas comparações que não têm comparação, mas quero-lhe dizer que estou há 23 anos na Câmara Municipal, aquilo que fiz, o contributo que dei nas várias equipas e as responsabilidades que tive, acho que me orgulho muito daquilo que fiz e o que fiz, fi-lo no âmbito de executivos municipais que foram mudando. E o que eu considero, ao contrário daquilo que o senhor quis aqui pôr em causa, é que este trabalho é um trabalho dos vários executivos da CDU, independentemente, das contribuições que este ou aquele deu nesta ou naquela altura. O que nós temos, a transformação profunda desta cidade e deste concelho, que é reconhecida por todos, é o resultado de um trabalho dos executivos da CDU e que eu assumo com todo o orgulho. Naturalmente, que o muito trabalho que tenho aqui de muitos dias, muitas noites e fins de semana, como o senhor muito bem sabe, porque é assim o trabalho da vida autárquica, é com muito orgulho que assumo tudo aquilo que fiz, naquilo que participei, naquilo que colaborei para se atingir estes objetivos e é assim que eu continuo.

Relativamente àquilo que eu disse, quanto a algumas áreas é verdade, é verdade que na área da cultura, do património cultural, na área da educação, na área da saúde, na área do movimento associativo, na área do ambiente e na área da habitação, neste mandato, já está em obra ou já está em desenvolvimento e é superior nestas áreas a qualquer mandato anterior da CDU. Isto quer dizer, é que, para além do que foi e muito investido nos vários mandatos da CDU, a transformação está à vista de todos neste mandato e ainda conseguimos ir mais além nestas áreas que referi de investimento. É disso que estou a falar senhor deputado.

A forma como o senhor tentou aqui criar alguns engulhos ou problemas não têm nada disso, antes pelo contrário. É com muito orgulho, senhor deputado, que aqui estes 23 anos de trabalho, de dedicação com os outros companheiros, com todos os trabalhadores, os técnicos trabalhadores da Câmara Municipal, é com muito orgulho que assumo todo esse trabalho e é um trabalho coletivo, como não podia deixar de ser, e é um trabalho dos executivos da CDU.

Já agora dizer que, hoje, me telefonaram a dizer que recebemos a medalha de bronze, acho que saíram uns dados oficiais que a Câmara Municipal de Setúbal tem, no ranking nacional, o 3º lugar no PRR. Isso, também, é de nos orgulhar a todos senhores deputados, vereadores, trabalhadores desta Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, que são um contributo fundamental, também, no resultado deste trabalho. Acho que é, naturalmente, motivo de grande orgulho pelo facto, de a nível nacional, ganharmos a medalha de bronze.

**Presidente da Mesa** – Senhores deputados, nós temos um bom exemplo na discussão no debate do município e aí tivemos o cuidado de dizer que o debate é encerrado com a intervenção do Presidente da Câmara.

Temos um outro exemplo nos debates da Assembleia da República, o Governo vai prestar contas à Assembleia, há perguntas, há respostas, há intervenções e a intervenção final é do Primeiro-Ministro. Nós não podemos perpetuar estas discussões quando é apresentado um relatório, os senhores deputados fazem as intervenções, as apreciações e as questões que entendem colocar, o Sr. Presidente vai concluir o debate e depois todos querem falar a seguir, assim isto não termina.

**Manuel Esteves (PS)** – Senhor Presidente, desculpe, mas eu quero fazer a defesa da honra.

**Presidente da Mesa** – Foi ofendido, senhor deputado? Não dei por isso. Foi ofendido?

Bem, então, eu estava aqui ansioso que o Sr. Presidente da Câmara não esgotasse e passasse para os tempos negativos, sobraram 22 segundos, o PS tem 33 segundos, veja se neste tempo consegue defender a sua honra, se faz favor.

**Manuel Esteves (PS)** – Só queria referir ao Sr. Presidente da Câmara que a minha intervenção não tem nada a ver com a intervenção do munícipe que aqui estive, o senhor respondeu-me a mim da forma que devia ter respondido àquele munícipe, porque as questões que coloquei aqui, foram as questões que estão lavradas e que estão registadas. Falei sobre a questão do auditório, do gimnodesportivo, do Mercado de Azeitão e da Estrada 379, nunca, jamais me ouviu ou ouvirá dizer que a Câmara não faz nada na minha terra ou que não fez nada.

Não, não! Também está escrito, tenho aqui a ata, se quiser eu posso-lhe ler. Com todo o respeito e toda a consideração, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra, não misture.

2. Deliberação n.º 054/2024/AM – Delib. CM n.º 335/2024 – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Campos Rodrigues, ao Bairro Trindade, em Setúbal

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

**Flávio Lança (IL)** – A minha intervenção é para explicar o nosso sentido de voto, que irá ser uma abstenção. Não conseguimos perceber o argumento dos 50% de desvalorização que é colocado neste relatório. Indica que realmente esta parcela só interessa a este munícipe, portanto, sendo o único interessado, é quem valoriza mais do que qualquer outra pessoa, se o Município vendesse a um preço justo, portanto, eu não percebo, porque é que se fez uma desvalorização de 50%, e, portanto, vamo-nos abster.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 17 da CDU, 5 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e 12 abstenções, 9 do PS, 2 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

3. Deliberação n.º 055/2024/AM – Delib. CM n.º 455/2024 – Integração dos Serviços Municipalizados de Setúbal no Regulamento Municipal da Proteção dos Dados Pessoais do Município de Setúbal

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PPD/PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

**4. Deliberação n.º 056/2024/AM – Delib. CM n.º 467/2024 – Alienação de 7 Lotes de terreno, para construção, sítios na Nova Azeda, Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do CH e do PAN, as abstenções do PS e do PPD/PSD e o voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer desfavorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PAN e da IL, as abstenções do PPD/PSD e do CH e o voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

**Mário Aranha (PS)** – Relativamente a este tema, finalmente ao fim de 23 anos, a CDU, lembrou-se que tinha terrenos, para habitação a custos controlados.

Para a Câmara, isto é uma excelente iniciativa, pois encaixa mais de 2,2 milhões de euros, para os cidadãos também é bastante positivo, porque podem adquirir casa a preços mais baixos do que existe no mercado normal, e para os privados também é um bom negócio, porque permiti-lhes fazer construção e aumentar a sua faturação.

Daqui a uns anos, estas pessoas que compraram as casas também vão pagar IML, portanto, temos aqui mais receitas para a Câmara.

Agora, o nós perguntamos, porque é que a Câmara demorou tantos anos, mais de 24 anos, para tomar esta iniciativa e também perguntamos, porque é que não há um fluxo contínuo de alguns terrenos municipais, que possam ser usados para construção de habitação a custos controlados.

Não sei, se será o ódio que a CDU, tem em investimento privado, desde que não sejam os investimentos da DATAREDE ou de imobiliário de luxo, que impede que haja este fluxo de terrenos, para habitação a custos controlados.

De referir que, naturalmente, nós só poderemos votar a favor, e obviamente, reiteramos o nosso compromisso que já tivemos com os setubalenses, desde há muitos anos, para contarem com o Partido Socialista, porque nós vamos continuar a executar todas as ações que estejam disponíveis, para não só haver fluxo de terrenos para construção a custos controlados, como também a construção de habitação para arrendamento acessível.

**Vítor Rosa (BE)** – Como já referi na minha intervenção nesta Assembleia em 28 de junho, quando da discussão desta alienação, reitero que a necessidade de resposta aos problemas da habitação, sendo uma urgência, não pode, contudo, ser com a demissão de procurar e aprofundar, com o tecido empresarial local ou nacional e o setor cooperativo, outras formas, para além da alienação, cada vez maior, de terrenos e património municipal.

Dava nessa intervenção, dois exemplos dos custos envolvidos inferiores a outros investimentos municipais, que nos dias de hoje, continuam parados e votados quase ao abandono, o IMAPARK e a Praça de Touros.

Valorizava também, a sua intenção nobre, de construção de edificado a custos controlados, mas também lembrava que aqueles que eventualmente venham a licitar esta hasta pública, tem benesses mais que majoradas, considerando o investimento global de 2 milhões e 250 mil euros, pagos em 2 partes, o valor de 322 mil euros por imóvel, a multiplicar pelo número de 168 fogos, que dará um total de 5 milhões e 409 mil euros, no negócio final, se os 322 mil euros se mantiverem como valor do imóvel, no seu final, ou seja o dobro do investimento.

E questionava, quem fica a ganhar neste tipo de custos controlados? A Câmara? O licitador? O proprietário do imóvel?

A juntar a estas dúvidas de carácter político, junta-se agora a celeridade com que foi fechado este negócio, sendo que, o concurso foi promovido a 25 de julho, ficando vazio, a 2 de agosto, passado 8 dias, a Câmara recebe uma proposta de uma empresa, a Efimóveis – Imobiliária, S.A, como consta na deliberação, e a 14 de agosto, a Câmara, toma a decisão de ajuste direto.

No espaço de três semanas, a Câmara, faz por ajuste direto um negócio de 2 milhões e 250 mil euros. Não ponho em causa a legitimidade que a Lei dá para o ajuste direto deste negócio, sobra contudo, as dúvidas da necessidade urgente de o mesmo ser fechado, a não ser a necessidade urgente de arranjar receitas, não procurando o Executivo, promover nova hasta pública, como já aconteceu em negócios anteriores, salvaguardando a hipótese de melhor benefício, para as contas do Município, para além da sua demissão, de que em nossa opinião, deveria ser ela, Câmara, a fazer esta aposta de investimento de um bem tão precioso como é o da habitação pública, não sendo neste tipo de investimentos, apenas um mero intermediário, entre o proprietário do imóvel e terceiros, setor privado. Como em 28 de junho e face ao exposto, votamos contra.

**António Costa Ferreira (PSD)** – O Grupo Municipal do PSD, vai se abster, por razões, digamos, de formalidade do processo, que já vem cá, pela segunda vez e não traz uma planta do loteamento. Há a seguinte questão, isto é um loteamento municipal, a própria avaliação o refere, é uma avaliação de terrenos, para construção, não são lotes.

Os lotes, só são consolidados depois de infraestruturados, não estão infraestruturados, mas atendendo à urgência, da necessidade das construções, nós, vamos votar, pela abstenção.

Chamamos a atenção, para estes pormenores, agora vai ser por ajuste direto, a empresa, é uma empresa imobiliária, não é um construtor, atendendo à celeridade que há das habitações, não parece ser, a melhor solução.

Deixamos o alerta, para a questão de os processos virem devidamente documentados, com toda a informação, os lotes que se estão a vender, não estão infraestruturados, há aqui um contornar, digamos, da contratação pública, porque se fosse a Câmara, a infraestruturá-los, tinha a contratação pública, portanto, havia concorrência, assim não o é.

Gostava que me fosse prestado um esclarecimento, o perito que fez esta avaliação, anexa o custo das infraestruturas. Eu pergunto, as infraestruturas do loteamento?

Ou é só da parte que diz respeito a estes 7 lotes?

Porque, são 2 milhões, se o custo das infraestruturas são 1 milhão e 150 mil euros, se calhar, vamos receber cerca de 50%, porque certamente, a Câmara, depois não vai cobrar as taxas urbanísticas, digo eu!

A outra questão, estão salvaguardados os sobreiros, que existem naquela área?

Porque não havendo plantas, não é possível saber onde é que se localizam os lotes, sei que há sobreiros e que devem ser preservados na medida do possível.

**Afonso Luz (CDU)** – Relativamente a esta questão, ao contrário do que já aqui foi dito, a alienação destes lotes já aqui tinha vindo a esta Assembleia, simplesmente, a hasta pública ficou deserta, e, por isso aqui volta, exatamente pelo mesmo valor e com as mesmas condições, porque, entretanto, terá surgido um interessado. Nós, saudamos esta medida, ainda por cima por se destinar a habitação a custos controlados, face às dificuldades que existem, como sabemos, no acesso à habitação e nesta deliberação, há uma redução de 50%, abaixo do normal por se tratar de habitação a custos controlados.

**Mário Aranha (PS)** – Tenho só uma questão para colocar ao nosso colega Vítor Rosa. Se o Bloco de Esquerda, no geral, é contra a habitação a custos controlados? Se é o Bloco de Esquerda de Setúbal, que é contra a habitação a custos controlados? Ou se é este negócio em particular, no qual o Bloco de Esquerda, é contra?

**Vitor Rosa (BE)** – Toda a minha intervenção prende-se com este caso em particular, “*não confundamos o toucinho com a velocidade*”, como alguém muitas vezes me dizia.

**António Costa Ferreira (PSD)** – Gostaria de ter uma resposta às questões apresentadas. A informação que consta não está completa, o montante que está aqui de infraestruturas, não diz para que efeitos é que é. É só clarificar se é para o loteamento, se é para a parte dos lotes.

**Vereadora Rita Carvalho** – Respondendo a esta questão, que já foi colocada na Comissão de Urbanismo e Mobilidade, e que já foi respondida na Comissão de Urbanismo e Mobilidade, na primeira vez que esta proposta foi submetida. Esta proposta é igual à anterior, diz, “*nos termos da proposta anterior, não tendo havido licitação e havendo um interessado, que se cumpram os pressupostos da proposta anterior*”, portanto, as respostas às suas questões são exatamente as mesmas.

As obras que estão previstas é para servir o loteamento e obviamente estes lotes, os sobreiros estão salvaguardados e não terão impactos sobre a construção destes lotes, e o remanescente, será pago nos termos das condições previstas nos termos de referência do caderno do concurso, como já tinha sido respondido.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do PS, um do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS e 1 do PAN, 1 voto contra do BE e 7 abstenções, 5 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

**5. Deliberação n.º 057/2024/AM – Delib. CM n.º 471/2024 – Alteração à Constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025**

**Marco Costa (PS)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

**Paula Soeiro (PSD)** – Esta deliberação vem à Assembleia Municipal, por obrigação normativa e a bancada do PPD/PSD, nada tem a opor.

Mas gostaríamos, no âmbito daquilo que são as competências também do Conselho Municipal de Educação, que o senhor Presidente do Executivo, nos pudesse prestar alguns esclarecimentos sobre quatro questões.

Será que o Conselho Municipal de Educação, reuniu desde 23 de outubro de 2023?

Porque é a última informação que está no site do Município, e também dar nota que ainda não consta no site do Município, a Carta Educativa de 2.ª Geração, ainda consta a de 2006.

Na reunião de 23 de outubro de 2023, que teve como um ponto da ordem de trabalhos, a abertura do ano letivo 2024/25, foram abordadas as resoluções locais, para os regimes duplos de funcionamento das escolas de 1.º ciclo?

Concordamos, que as resoluções a que nos referimos, são as que constam na Carta Educativa, nomeadamente, no Eixo 1, “*Requalificar e ampliar o Parque Escolar instalado*”, e onde, de uma forma sintética, diz que, “*a proposta contempla a criação de 33 salas, para o 1.º ciclo do Ensino Básico, permitindo garantir nos próximos anos, o fim dos regimes duplos em todos os estabelecimentos e redimensionar os equipamentos, para uma melhor e mais qualificada resposta às necessidades do ensino e aprendizagem diferenciador inovador*”, estou a citar o último parágrafo.

Estas medidas a serem concretizadas, darão efetivamente resposta, num futuro que não é tão presente, à Sra. Isabel Catarina, que esteve aqui no período de intervenção do público e também a tantas outras famílias, que se encontram na mesma situação, aliás, na nossa Carta Educativa, está identificado que no caso do 1.º Ciclo, dada a necessidade de um maior apoio educativo, para os alunos com dificuldades de aprendizagem e para o desenvolvimento com qualidade das atividades de enriquecimento curricular, importa igualmente ponderar em função da evolução da procura, a possibilidade de destinar salas e espaços específicos, para esses serviços e atividades.

Terceira questão, sobre o Conselho Municipal de Educação. Será que tem vindo a acompanhar a concretização da Carta Educativa?

Última questão, já foram abordadas as estratégias, para a elaboração e o desenvolvimento do Projeto Educativo Municipal?

**Presidente da Mesa** – Senhora deputada, fez intervenções sobre a atividade, ou não atividade, do Conselho Municipal de Educação. Em todo o caso, tenho de lembrar, que o que está aqui para ser deliberado, é apenas a Alteração da Constituição deste Conselho, não é o seu funcionamento. Colocou questões em torno do funcionamento do Conselho, que não são objeto da deliberação, mas o Executivo, dirá como quer responder a estas questões, se quiser neste momento, fazer essa resposta.

**Vice-Presidente da Câmara** – No que diz respeito à questão da Carta Educativa, não estar divulgada no site do Município, deve ter havido algum lapso, porque já devia estar, já foi aprovada, vai fazer daqui a 2 meses um ano, vou ver com os serviços essa situação.

Efetivamente a Carta Educativa, tem esta missão, de podermos com ela ajudar a combater os regimes duplos, é uma das missões que têm, e também para encontrar espaços alternativos, quer para a realização de atividades extracurriculares, quer para AEC's, quer para outro tipo de funções.

De lembrar, por exemplo, que as nossas escolas são de plano centenário, são escolas muito limitadas naquilo a que se refere a salas, que não sejam salas de aula, e, por isso já o Município, fez um investimento largo em várias escolas, até na aquisição de monoblocos, para poder fazer esse complemento. Não é uma solução que nos agrada, como é óbvio, mas, tendo em conta o plano centenário que essas escolas têm, não temos outra solução, ou partimos para ampliações ou temos soluções deste género.

Quando nós, começámos a trabalhar na Carta Educativa, estávamos em plena pandemia e ninguém iria prever que, hoje, em 2024, todas as escolas do País, nomeadamente, nas Áreas Metropolitanas, estariam todas sobrecarregadas. Nos grupos de Educação, da Área Metropolitana de Lisboa, temos assistido, por parte dos Vereadores da Educação, a duas estratégias, ou a aquisição de monoblocos, para poder superar pontualmente estas questões de sobrepopulação, ou a criação de regimes duplos, tem sido essa a prática. Também há criação de Escolas de 1.º Ciclo, mas confesso que nessa matéria são muito menos, porque efetivamente não há fundos, para podermos acomodar essa situação.

Relembro que nós aqui em Setúbal, usámos o Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas e priorizamos a construção de uma escola, não foi exatamente com fundos para a construção de escolas, nomeadamente, na questão do POR Lisboa, que no quadro comunitário passado, tinha uma participação de 50%, e que, neste quadro comunitário, vai ter apenas uma participação de 40%, ainda assim, e com essa participação, nós vamos fazer o projeto da Quinta da Amizade, conforme está na nossa Carta Educativa.

Portanto, neste momento, não contava que a senhora deputada, fizesse essas perguntas relativamente ao Conselho Municipal de Educação, aquilo que referiu, que tem a ver com a última ata que está em 2023, não foi a última reunião, porque nós já reunimos, o Conselho, reúne ordinariamente duas vezes e extraordinariamente, quando necessário. Nós já reunimos em julho de 2024, para fazer o balanço do ano letivo, provavelmente, como a ata ainda não foi aprovada, ainda não está disponível.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Sobre esta matéria, como disse anteriormente, não conhecia a legislação sobre o Conselho Municipal de Educação, estive a ver o Decreto-Lei rapidamente e confirmei aquilo que a senhora deputada, tinha dito, de acordo com o artigo 57.º, n.º 5, diz que, *“De acordo com a especificidade das matérias a discutir no conselho municipal de educação, pode este deliberar que sejam convidadas a estar presentes nas suas reuniões personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise”*, dentro dos representantes, há dois representantes que já constam, de Associações de Pais, mas são Associações de Pais, em sentido lato, de todos os alunos no geral. Como disse, a senhora Vereadora, na sua intervenção sobre esta matéria, na sequência da intervenção do pai com uma criança, que necessita de necessidades educativas especiais. Durante muitos anos, ou há uns anos, não se dava, penso eu, a importância que hoje é reconhecida, a necessidade de inclusão destas crianças.



A verdade é que, felizmente, cada vez a consciência de que elas têm de ser incluídas é maior, a legislação, entretanto que saiu, também vai nesse sentido, e, portanto, o que há é ajustar as infraestruturas e as estruturas, à legislação, que, entretanto, saiu e que aponta no sentido da perfeita inclusão, portanto, as Entidades, têm de criar os meios para o efeito.

Eu deixava aqui o repto, que o Conselho Municipal de Educação, o senhor Presidente, a senhora Vereadora e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que estão lá presentes, o representante da Junta e do Concelho da Juventude, que agendassem a discussão deste assunto, porque me tenho vindo a aperceber, porque, enfim, o assunto toca-me também diretamente, tenho me vindo a aperceber da existência de alguma dificuldade em encontrar saídas, para as crianças que necessitam de cuidados especiais na sua educação, e uma vez que no Conselho Municipal de Educação, estão presentes praticamente todos os representantes de todas as escolas, de todas as instituições educativas do concelho, é talvez o local mais adequado, para se discutir na plenitude este problema.

Acrescento ainda que, deixo aqui a ideia, que o artigo seguinte, o 59.º, no seu funcionamento, diz que, “o conselho municipal de educação pode deliberar a constituição interna de grupos de trabalho, em razão das matérias a analisar ou dos projetos específicos a desenvolver”, portanto, deixo aqui também, este repto para a sra. Vereadora e para o sr. Presidente, de eventualmente, fazer sentido a criação de um grupo de trabalho específico, para estudar esta questão da criação de condições, para as crianças que têm necessidades educativas especiais.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

**6. Deliberação n.º 058/2024/AM – Delib. CM n.º 472/2024 – Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas Não Agrupadas do Concelho – Ano Letivo de 2024/25**

**Marco Costa (PS)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

**7. Deliberação n.º 059/2024/AM – Delib. CM n.º 356/2024 – 3.ª Alteração modificativa ao orçamento da receita, 4.ª alteração ao orçamento da despesa, 4.ª ao plano de atividades municipal e 4.ª ao plano plurianual de investimentos**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 17 da CDU, 7 do PS, 5 PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

**8. Deliberação n.º 060/2024/AM – Delib. CM n.º 525/2024 – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 6.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do CH, e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do BE e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

**Mário Aranha (PS)** – Relativamente a este tema a nossa posição é clara, eu acho que aqui há um tremendo desrespeito do Executivo, perante a Assembleia Municipal, eu digo um bocadinho na brincadeira, parece que o dinheiro dos contribuintes setubalenses, são notas do monopólio, para a nossa Câmara, pelo que nos é apresentado aqui, em que não temos praticamente nenhuma informação, e onde há aqui alterações significativas ao orçamento e não há qualquer tipo de explicação. Nós temos de respeitar a Assembleia Municipal e temos de respeitar o dinheiro dos setubalenses, que é pago em impostos e, por isso pedimos que a informação, seja uma informação, com a qual nós consigamos trabalhar com o mínimo de qualidade, assim é mesmo difícil e temos de dar aqui esta nota de indignação, porque tem sido uma prática recorrente e esperemos que nas próximas, haja aqui, de facto, uma melhoria, como depois, as pessoas em causa vão perceber.

Para termos uma noção, é aqui pedido à Assembleia Municipal, que aprove uma alteração ao orçamento de cerca 3 milhões e 500 mil euros, com esta informação sucinta, *“foram criadas e dotadas as rubricas de juro e amortizações, para a contratação do empréstimo da Caixa de Crédito Agrícola que tem o montante de 3.469.498,66€”*, ora, nós estamos aprovar uma coisa completamente às cegas, ou seja, pelo menos deviam de vir mencionadas quais é que foram as condições que foram aprovadas, ou não, desse empréstimo e para o que vai servir esse empréstimo. Agora, vir aqui só esta frase explicativa, para nós aprovarmos uma alteração ao orçamento, para as pessoas terem uma noção, isto é como se fosse um orçamento retificativo, que vai à Assembleia da República, portanto, de facto, sentimos que não é uma forma de trabalhar, e depois as alterações que são feitas ao orçamento, são-nos apresentadas, *“se calhar aí em casa não vão conseguir ver”*, pois nós também temos muita dificuldade, eu não sei onde é que a Câmara, vai arranjar impressoras, que isto deve ser o tamanho 4 do Word, nunca vi um tamanho de letras tão pequeninas, não sei se é para nós não vermos, ou se deixamos passar, não sei, sinceramente, mas, que de facto, isto não é forma de trabalhar e é um desrespeito pelos eleitos e pelo dinheiro dos setubalenses.

De referir que, daquilo que é possível ver aqui nestes documentos, relativamente às verbas do PRR, não há nada a dizer, há contrapartida de receita, porque são projetos financiados a 100%, o que nos preocupa é a espiral de empréstimos que a Câmara está a fazer, é aqui apresentada, para nós aprovarmos, uma alteração orçamental para cabimentar cerca de 3 milhões e 500 mil euros de empréstimo, que não sabemos para que fins, o que é certo, era que este dinheiro já devia estar previsto em verbas de investimento e não ser necessário recorrer a este empréstimo. Só para referir que, só num ano, nós nem sequer sabemos qual é o prazo deste empréstimo, são cerca de 160 mil euros, só em juros, cerca de 5% do valor deste empréstimo. Estes 160 mil euros, tiveram de ser retirados algures e daquilo que se depreende deste documento, foram retirados 160 mil euros, também numa frase que diz assim, *“atividades do SEB”*.

Gostávamos de saber o que era?

Esta situação para nós, é inadmissível, além de que, também aqui nestas alterações que nós vimos no orçamento, há menos 192 mil euros, para investir em recuperação urbana, também é o que se depreende, já que a informação é perfeitamente críptica. Gostava de saber o que é este “SEB”? O que é que o SEB, vai deixar de fazer com menos 160 mil euros? Quais os projetos que estavam orçamentados e projetados para 2024, vão deixar de ser feitos? Porque vão levar também um ajuste de 192 mil euros.

**Afonso Luz (CDU)** – Sobre a questão deste ponto que tem a “criação e dotação das rubricas de juros e amortizações deste empréstimo à Caixa Agrícola”, só para referir que, o empréstimo veio aqui à Assembleia, foi aprovado aqui nesta Assembleia, sabemos as condições, portanto, eu não percebo qual é a dúvida relativamente a este ponto.

**Presidente da Câmara** – Eu pedi a palavra, mas o senhor deputado Afonso Luz, já respondeu, não tenho mais nada a dizer. O senhor deputado, de julho para cá, perdeu um pouco a informação, porque ele votou na última reunião e apreciou a proposta do empréstimo que aqui está em referência e que trazia toda a informação, referente às questões que o sr. deputado agora colocou, nomeadamente, todos os valores e as condições do mesmo.

**Mário Aranha (PS)** – Volto a repetir a frase que vem, “foram criadas e dotadas as rubricas de juro e amortizações, para a contratação do empréstimo da Caixa de Crédito Agrícola que tem o montante de 3.469.498,66€”, não vem aqui a data, não vem aqui qual é que foi o número da proposta que veio à Assembleia Municipal.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, e 19 abstenções, 9 do PS, 5 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

**9. Deliberação n.º 061/2024/AM – Delib. CM n.º 532/2024 – Aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal após retificação e realização da Conferência Decisória da Reserva Ecológica Nacional do Município de Setúbal – Proc. N.º 1009C/17**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

**Vítor Rosa (BE)** – Passados 20 anos, e aqui chegados, temos entre mãos um documento que servirá de referência aos futuros Executivos, e não só, para a gestão futura do nosso território.

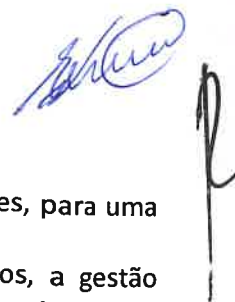
Este é um PDM, assente, segundo o Executivo, em sete objetivos globais, que sustentam os quatro eixos de desenvolvimento estratégico.

Os sete objetivos assentam, em nossa opinião, essencialmente, num discurso retórico cheio de boas intenções, mas são acima de tudo, intenções políticas, que não vimos concretizadas na sua maioria, durante os últimos 20 anos de governação no nosso Município.

Acreditar que basta definir objetivos estratégicos e que depois as coisas acontecem, não é um bom princípio de gestão, e aquilo que assistimos muitas vezes o confirmaram.

Alguns dos eixos, por si só, entraram em contradição com a realidade, pensar que o turismo se fica apenas pelo convite ao turismo cultural e de natureza, eixo estratégico n.º 3, e que, dessa forma não haverá impactos significativos no ambiente e outras áreas socioeconómicas, e que o mesmo não colidirá, com o compromisso de qualificação ambiental, o seu eixo estratégico n.º 4, quando nos últimos anos, tem sido essa a aposta maioritária de um turismo, cada vez mais massificado, é no mínimo pensar que, vamos todos ser cuidadosos quanto ao ambiente e à redução da nossa pegada ecológica.

Pensar que seremos um centro competitivo, eixo estratégico n.º 1, com funções de nível superior, traz à lembrança promessas eleitorais, a “Cidade do Conhecimento”, a “atração de empresas do ramo tecnológico”, que não passaram disso mesmo, promessas eleitorais por cumprir, há mais de que uma década.



Este PDM, é um instrumento e uma ferramenta, que no seu conteúdo, traz e define capacidades, para uma gestão que permita um território minimamente equilibrado.

Saibamos por isso, fazer um correto uso dele e não permitir que a mão de alguns negócios, a gestão territorial deixe ficar para trás alguns com maiores dificuldades e que prevaleça quem tem maior poder económico.

A preservação dos espaços comuns públicos, tem de ser uma realidade na sua aplicação, não permitindo que se desvirtue as suas características únicas, que são um fator preponderante na definição da cidade e do concelho.

Não queremos ser uma cidade e um concelho, igual a outros, na globalização, assente na ocupação pelos mesmos modelos que qualquer outra cidade, em que vemos já hoje, movimentos de cidadãos a lutar, pela preservação da identidade própria das suas cidades ou vilas.

Como dizia há pouco, este PDM, é um instrumento e uma ferramenta, que no seu conteúdo traz e define capacidades, para uma gestão que permita ter um território, minimamente equilibrado, o que permite ter uma réstia de esperança pela sua equilibrada utilização e defesa dos principais vetores que o caracterizam.

Pelos benefícios, mas também, as dúvidas, quanto às diferentes correlações de forças de quem o pode executar, o nosso voto é de abstenção, à deliberação agora apresentada.

**Simão Calixto (CDU)** – Após vários anos passados da decisão do início da revisão do PDM, estamos em 2024, em condições de finalmente ter um plano que vai ser aprovado e publicado em Diário da República.

Foi um processo tecnicamente muito exigente, alvo de diversos atrasos por imposição de alterações legislativas, alterações estratégicas, resultantes das decisões dos diferentes governos, nomeadamente, do novo Aeroporto, a Plataforma Logística do Poceirão, a 3.ª Travessia do Tejo, entre outros, e, por fim, de um processo de ratificação pelo Conselho de Ministros, que durou mais de dois anos.

É um Plano, que também teve reconhecimento da Comissão Nacional do Território, como um Plano de boas práticas ambientais e que merece divulgação pelo bom exemplo.

A 1.ª aprovação deste Plano, em Assembleia Municipal, ocorreu em 10 de setembro de 2021, relembrar ainda, que este Plano, foi sujeito a uma discussão pública por cinco meses, tendo recebido cerca de 150 participações, quando que a legislação que tutela esta questão, define apenas um período de 30 dias. Neste período, realizaram-se ainda quatro sessões públicas, para apresentar à população a proposta de revisão do PDM de Setúbal.

Este PDM, é um instrumento de planeamento territorial, que estabelece entre outros a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, sendo um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais.

O processo de revisão do PDM de Setúbal, foi desenvolvido internamente nesta Câmara, pela Divisão de Planeamento Urbanístico e o Departamento de Urbanismo, privilegiou-se uma abordagem de baixo para cima, no planeamento municipal.

A estratégia de desenvolvimento territorial definida pela Câmara, assenta também numa visão, em desafios, em objetivos gerais, estratégicos, objetivos específicos e em programas de medidas e ações.

Para responder também a esta ambição, foram identificados sete objetivos globais do Plano:

O 1.º, *“Reforçar a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional e criar condições para a internacionalização da Cidade”;*

O 2.º, *“Qualificar as condições de vida e vivência da população, com prioridade para a valorização do território e para a mobilidade dos cidadãos”;*

O 3.º, *“Reabilitar, consolidar e reestruturar as áreas urbanas existentes e promover o desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade”;*

O 4.º, *“Promover a melhoria da qualidade ambiental do Concelho, fomentando a resolução de passivos ambientais, a valorização da estrutura ecológica, a mitigação dos riscos e o reforço da capacidade de resiliência às alterações climáticas”;*

O 5.º, “Assegurar uma base sustentável de conciliação entre o desenvolvimento económico e a preservação dos valores naturais e ambientais do Concelho”;

O 6.º, “Estruturar e potenciar a rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente as logísticas, industriais, terciárias e turísticas”;

O 7.º, “Valorizar o património cultural e ambiental do Concelho, enquanto fator de afirmação e de identidade local, capaz de promover a participação e a inclusão social dos cidadãos em torno de um compromisso equilibrado entre a tradição e a modernidade”.

A afirmação de Setúbal assenta, assim, num desenvolvimento de um processo de qualificação, coesão e sustentabilidade territorial.

Estão assim, focados estes objetivos, designadamente em quatro eixos estratégicos:

O 1.º eixo estratégico, “Setúbal, centro competitivo com funções de nível superior e urbanidade”;

O 2.º eixo estratégico, “Setúbal, plataforma portuária e logística empresarial”;

O 3.º eixo estratégico, “Setúbal, convite ao turismo cultural e de natureza”;

O 4.º eixo estratégico, “Setúbal, Município comprometido com a qualificação ambiental”.

Este programa de investimento no território municipal, materializado no Programa de Execução e Plano de Financiamento, é constituído por uma carteira de 263 projetos a concretizar por diferentes Entidades e em diversas áreas, ao longo do horizonte temporal de 10 anos, num investimento global, que inclui público e privado, a rondar os 568 milhões de euros.

Os projetos distribuem-se por onze programas estratégicos, nomeadamente Mobilidade e Transportes, Abastecimento de Água, Saneamento, Drenagem de Águas Pluviais, Turismo, Planeamento, Ambiente, Habitação e Reabilitação Urbana e Equipamentos Coletivos, estando demonstrada a sustentabilidade financeira da Proposta do Plano e a capacidade financeira do Município para o executar.

Estamos assim, em condições de ter mais um instrumento para o desenvolvimento do nosso concelho, que certamente será aqui hoje aprovado.

**António Costa Ferreira (PSD)** – Este documento, é um documento político, mas que é estratégico também, portanto, eventualmente, não seria o nosso e, por isso, nós vamos alterar a nossa posição inicial, quando votamos contra a 1.ª aprovação, até na câmara, para a abstenção. Porque 24 anos, para se rever um Plano, é muito tempo, é certo, que houve uma série de razões que ajudaram e contribuíram para esta demora, mas esta aprovação, que agora, nos é colocada nesta Assembleia, resume-se a parte de conformidades, perante outros planos especiais do território, que se traduz numa corresponsabilidade da Câmara Municipal, em ter um documento de tão importância, para a gestão e o ordenamento do território do concelho de Setúbal.

**Ilídio Ferreira (PS)** – O Partido Socialista, congratula-se com a provável aprovação por esta Assembleia Municipal, posterior publicação e entrada em vigor do novo PDM, 20 anos após o início da revisão.

Na discussão havida em 2020/2021, o Partido Socialista, colocou reservas e manifestou discordâncias relativamente a algumas opções do novo PDM. Desde logo, em relação aos investimentos previstos, às prioridades e à sua sustentabilidade económica e financeira.

Por um lado, porque prevê-se que o Município, deve investir de fundos próprios, uma média anual superior a 40 milhões de euros, por cada um dos anos, quando nos anos entre 2015 e 2019, a média anual de investimento de fundos da Câmara, foi pouco superior a 12 milhões de euros, não acreditamos que a Câmara tenha capacidade, para investir 40 milhões de euros por ano.

Por outro, discordámos e discordamos, de algumas opções de investimento, bem como da sua calendarização, alguns dos investimentos mais importantes, estão nos últimos anos, dos 10 anos previstos.

Citando algumas dessas discordâncias, em relação às acessibilidades e à mobilidade, as vias estruturantes para o concelho, tem prioridade baixa, com realização prevista para os anos 8 e 9 do Plano.

Está prevista a realocação do Viaduto das Fontainhas, com prioridade alta, no montante de 4,1 milhões de euros, diretos, o que não nos parece prioritário e que poderia ser afetado a outros investimentos mais prioritários.

Quanto ao estacionamento, apenas meio milhão de euros, está previsto, para estacionamento de rebatimento, o que quer dizer que, a Câmara, pouco irá investir na criação de bolsas de estacionamento. Em relação, às zonas verdes, estão previstas três intervenções, mas até 2025, apenas está prevista a criação de uma zona verde em Setúbal, na Quinta da Amizade.

Em relação ao papel da Autarquia, na criação de condições para o desenvolvimento económico sustentado, o Plano é muito incipiente quanto aos objetivos e ações a realizar.

Quanto ao regulamento e classificação dos solos, o PDM, ao aumentar índices e áreas de construção, nas zonas urbanas, sendo mais restritivo nas áreas de transição, terrenos rústicos, por um lado, e a alteração de algumas definições, nomeadamente, a área de construção considerada, para efeitos do cálculo do valor das licenças e da taxa de infraestruturas urbanas, o que leva ao aumento da área a considerar e valores a pagar, por outro lado, podem levar a uma perda da qualidade da construção, bem como a um aumento da construção clandestina.

Por estas razões, o PS, vai abster-se na votação.

**Presidente da Mesa** – A documentação referente ao PDM, já está na posse dos senhores deputados, incluindo a carta educativa, que a sra. Deputada, Paula Soeiro, estava a referir há pouco, a Carta Educativa, atualizada, está incluída na documentação do PDM, que foi distribuída em Drive PEN, com os elementos instrutórios e os elementos que acompanham e constituem o Plano.

Eu, agora fiz como o senhor deputado, Ilídio Ferreira, fui ao Google, perguntar, quantas câmaras tinham PDM aprovado e a resposta veio rápida, 36 em 308.

A Câmara de Setúbal, nestes tais 20 anos, em que só 36 Câmaras, conseguiram a atualização do seu PDM, e a Câmara de Setúbal, chegou a este ponto, e eu gostaria que houvesse algum consenso na valia desta tarefa, mesmo que ela tenha durado 20 anos, são aqueles 20 anos, em que os planos diretores regionais, municipais, sectoriais, os POOC's que estão em discussão, ou o do Sado, que vai agora entrar em consulta pública, todos esses, que são condicionantes dos PDM's, que têm que sistematicamente, andar com uma trabalhadeira enorme a tentar apanhar o momento em que possam ser aprovados.

Uma das 36 Câmaras, com o PDM aprovado, das 308 do País, vai ser o Município de Setúbal, é de louvar, acho eu!

**Ilídio Ferreira (PS)** – Senhor Presidente, sabe que o PS, percebe isso, mas compara com os 3 anos que levou a elaborar o Plano de 1994.

**Presidente da Mesa** – Outros tempos, outros planos, nem havia planos de ordenamento, nem havia as mudanças do Governo, que houve, entretanto, até agora, com os planos estratégicos. Não deixarão de ter a oportunidade de desmerecer deste feito, mas eu acho que este Órgão, não fazia mal de reconhecer, que é um trabalho que merece o seu reconhecimento.

**Simão Calixto (CDU)** – Não resisto a fazer esta pequena provocação, é que se calhar, o PS, em 1993, deveria ter demorado um bocadinho mais, pelos erros que cometeu na planificação desta cidade, se calhar, devia ter mesmo demorado um bocadinho mais, a planear o seu PDM, e até acrescento mais, àquilo que o senhor Presidente dizia, já que estamos numa de números, em Lisboa e Vale do Tejo, dos 52 Concelhos, apenas 12, estão para publicação e a Sul do Tejo, Setúbal, é o único.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, e 18 abstenções, 9 do PS, 5 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

**Presidente da Mesa** – Senhores deputados, a data proposta para a realização da Sessão da Assembleia “Debates sobre o estado do Município”, é o dia 31 de outubro.

De acordo?


Estando o plenário de acordo, fica marcada para 31 de outubro, a Sessão da Assembleia “Debates sobre o estado do Município”.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quinze minutos do dia 28 de setembro, de dois mil e vinte e quatro.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de 20 de dezembro de dois mil e vinte e quatro, contém cinquenta e cinco folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



---

Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



---

Eusébio Manuel Candeias

---

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.  
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*